

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

TOMÁS DE SIERVI BARCELLOS

A QUESTÃO REGIONAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE:
crítica a “elegia para uma re(li)gião”

FLORIANÓPOLIS
2014

TOMÁS DE SIERVI BARCELLOS

A QUESTÃO REGIONAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE:

crítica a “elegia para uma re(li)gião”

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito para obtenção do título de bacharel.

Orientador: Nildo Domingos Ouriques

FLORIANÓPOLIS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao estudante Tomás de Siervi Barcellos na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Daniel da Cunha Corrêa da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e meu pai. O que fizeram por mim nos últimos cinco anos não foi pouco, mas muito mais decisivo sobre mim foi o amor pelo conhecimento que demonstraram durante toda minha vida. Agradeço ao exemplo de serem “eternos aprendizes”. Espero ser como vocês quando crescer.

À Isabela, pessoa mais importante na realização deste trabalho. Graças a você meus sonhos e projetos não são distantes e disformes, do seu lado eles ganham cores, nomes, aromas, lugares e se tornam nossos. Recife, Brasília, São Francisco. Este trabalho é apenas o passo inicial rumo a algum futuro, em que tenho a única certeza que gostaria de ter.

A minhas famílias, dos mais próximos aos mais distantes geograficamente, por me fazerem sentir em casa em qualquer canto do país; e por me alimentarem muito bem.

Ao meu irmão, Caio, por fazer minhas sinapses percorrerem caminhos diferentes todos os dias. A meus irmãos por escolha, Arthur, Grisotto e Ian, por romperem das mais variadas formas o isolamento delirante que a monografia proporciona. Aos Lucases e Adônis, por me levarem “lá bem longe”. À Mari e ao Renato, pelas ótimas cervejas, vinhos e discussões das sextas-feiras. Ao Viet por haver me levado a sério desde o momento em que me conheceu e, por isso mesmo, nunca ter deixado de expor a mim suas críticas, independente de sua dureza.

Aos companheiros do CALE e do extinto coletivo 21 de junho. Além de construirmos utopias coletivas, que marcam este trabalho, tornaram mais alegre a dureza da luta pela universidade necessária. Agradeço em especial ao Josué, Maicon, Tamara, Ceará e Arland pela paciência que tiveram com minhas ligações aleatórias ao longo deste trabalho.

Ao Nildo, pela orientação desta pesquisa e por demonstrar que não era descabida aquela ressalva feita por Álvaro Vieira Pinto em *A Questão da Universidade*. Aos demais membros da banca, Hoyêdo e Daniel, pelos comentários atenciosos feitos a este trabalho.

Ao projeto Córdoba, *a mis familias argentinas* e ao IELA por me fazerem perceber que “sou apenas um rapaz latino-americano”. ¡*Muchas gracias!*

*Àqueles que a universidade
brasileira exclui cotidianamente;
vítimas do estudanticídio.*

RESUMO

BARCELLOS, Tomás de Siervi. **A questão regional no capitalismo dependente: crítica a “elegia para uma religião”**. 92 f. Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

O presente trabalho buscou realizar uma análise crítica de “Elegia para uma Re(li)gião”, principal obra de Francisco de Oliveira sobre o desenvolvimento regional no Brasil. A escolha deste livro se deu por ser a mais completa formulação acerca do tema realizada por Oliveira, autor de destaque na área; soma-se ainda o fato de ser apresentado como uma interpretação crítica. Para a realização da pesquisa recorreremos à reconstrução das teses da referida obra e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), bem como a estatísticas sobre as regiões brasileiras. As formulações da TMD assinalam um desenvolvimento desigual, onde o desenvolvimento do subdesenvolvimento lega a nossas sociedades uma espacialidade em que a metrópole nacional subdesenvolve as regiões periféricas. Por sua vez, a interpretação de Francisco de Oliveira aponta para homogeneização do espaço nacional sob a expansão do capitalismo monopolista do Centro-Sul, que haveria destruído a região Nordeste. As estatísticas regionais demonstraram uma lenta diminuição das disparidades regionais nos últimos 40 anos, distante da homogeneização. Constatamos ao fim da pesquisa que as formulações de Oliveira e dos autores da TMD se contrariam no que concerne ao desenvolvimento regional. Concluimos que as teses de “Elegia para uma Re(li)gião” contribuem com tarefa ideológica do pensamento neodesenvolvimentista na medida em que sua interpretação sobre o desenvolvimento regional no Brasil apaga as diferenças entre o capitalismo dependente e o capitalismo nos países centrais – a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor.

RESUMEN

El presente estudio trata de hacer un análisis crítico de “Elegia para uma Re(li)gião”, principal obra de Francisco de Oliveira acerca de el desarrollo regional en Brasil. Se eligió este libro por ser la más completa formulación sobre el tema realizada por Oliveira, autor de proeminencia en esta área; también se suma el hecho de ser presentado como una interpretación crítica. Para la realización de la pesquisa recurrimos a la reconstrucción de las tesis de la referida obra y de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), así como las estadísticas de las regiones brasileras. Las formulaciones de la TMD indican un desarrollo desigual, donde el desarrollo del subdesarrollo ha legado a nuestras sociedades una espacialidad donde la metropolis nacional subdesarrolla a las regiones perifericas. A su vez, la interpretación de Francisco de Oliveira apunta para la homogeneización del espacio nacional bajo la expansión del capitalismo monopolista de la región Centro-Sul, que supuestamente destruyó el Nordeste brasiler. Las estadísticas regionales demostraron una vagarosa disminución de las disparidades regionales en los últimos 40 años, lejos de la homogeneización. Constatamos al final de la pesquisa que las formulaciones de Oliveira y de los autores de la TMD se contrarian en lo concierne al desarrollo regional. Concluimos que las tesis de “Elegia para uma Re(li)gião” contribuyen con la tarea ideológica del pensamiento neodesarrollista a la vez que su interpretación acerca del desarrollo regional en Brasil borra las diferencias entre el capitalismo dependiente y el capitalismo en los países centrales – la superexplotación de la fuerza de trabajo y la transferencia de valor.

LISTA DE SIGLAS

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

TMD – Teoria Marxista da Dependência

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Tabela 1 – Brasil. Salário mínimo necessário. Série histórica. 1940=100	30
Tabela 2 - Coeficiente de Exportação do Nordeste. 1948 a 1956	65
Tabela 3 – % Valor Adicionado Industrial por Região	72
Tabela 4 - Alfabetização no Brasil, por região, 2001 e 2012.....	73
Tabela 5 - Nível de instrução, por região, 2010.....	74
Tabela 6 - Adequação de moradia, por região, 2010.....	74
Tabela 7 - Características do entorno, por região, 2010	75
Figura 1 - CARTOGRAMA: IDH dos municípios no Brasil	11
Figura 2 - Média anual do Salário Mínimo no município de São Paulo em R\$ de dez. 2012	79

SUMÁRIO

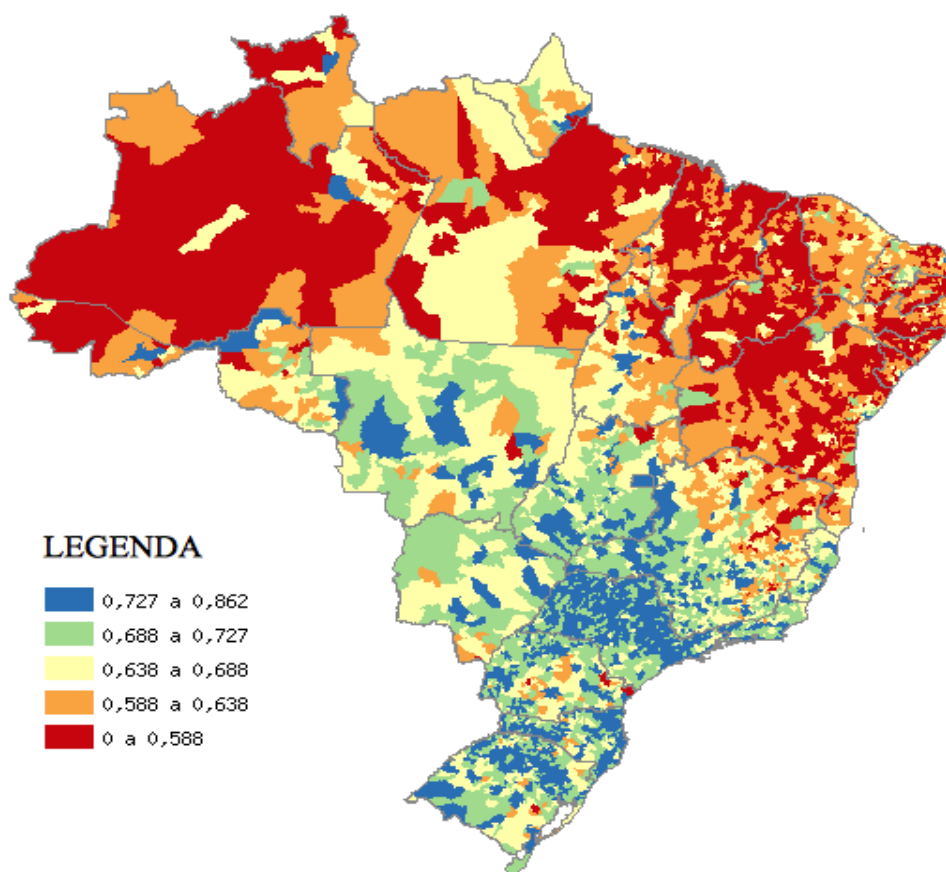
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVO GERAL	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 A TOTALIDADE, A REGIÃO E O MÉTODO.....	15
2. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	21
2.1 O CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO	22
2.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	35
3. A QUESTÃO REGIONAL EM FRANCISCO DE OLIVEIRA	42
3.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE “REGIÃO”	44
3.2 A DESTRUIÇÃO DA “REGIÃO”	47
3.2.1. A reprodução do capital nos Nordeste.....	47
3.2.2 A expansão do Centro-Sul – A “integração nacional”	52
4. A CRÍTICA À FRANCISCO DE OLIVEIRA	62
4.1 A INFLUÊNCIA DO CEBRAP	62
4.2 OS LIMITES DA ELEGIA DE OLIVEIRA	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
BIBLIOGRAFIA.....	88

1. INTRODUÇÃO

A imensa desigualdade regional do Brasil é uma das marcas de seu desenvolvimento capitalista. É de conhecimento geral que a população do Nordeste, por exemplo, é na média mais pobre do que a do Sudeste ou Sul. A isso chamamos questão regional, a expressão espacializada da desigualdade social. Esta desigualdade espacial encontra-se em tantas escalas quanto queiramos vê-la: indo desde as grandes regiões do país, Norte, Nordeste, etc., até as desigualdades de uma microrregião.

Este fato pode ser observado em fontes oficiais, como nos documentos do Ministério da Integração Nacional (MI, 2003, 2007) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013). O cartograma criado pelo PNUD ilustra essa situação.

Figura 1 - CARTOGRAMA: IDH dos municípios no Brasil



Fonte: PNUD, 2013.

Observando a figura, verificamos que a predominância dos pontos azuis e mesmo verdes, IDH ligeiramente inferior ao nacional, naquilo que se convencionou chamar de Centro-Sul contrasta com o aparecimento dos menores indicadores na região Norte e Nordeste. , com IDH superior ao brasileiro (0,727),

Frente a estas desigualdades, o MI elaborou uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional em 2003, institucionalizada em 2007, mediante aprovação do decreto nº 6.047. No documento final da Política, chega a afirmar que as

discrepâncias entre padrões de desenvolvimento econômico e social no país, que segregam porções significativas do território nacional e condenam levas de brasileiros a uma vida de pobreza e exclusão. A nação não pode aceitar que alguns de seus filhos sejam condenados a privações e falta de perspectivas **determinadas pelo local de seu nascimento**. (MI, 2007, p. 12, grifo nosso).

Como também observam os documentos do MI, mas sem formular desta maneira, a desigualdade regional não é exclusividade ou especificidade de uma ou outra região, é um traço do desenvolvimento capitalista brasileiro que corta todo o território nacional, mas – como não poderia deixar de ser – desigualmente. As desigualdades regionais não se encontram limitadas ao Norte e Nordeste do país, o que leva o MI (2003, p. 31) a constatar “a presença de sub-regiões com elevados rendimentos relativos médios, dinâmicas e competitivas e de sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação em todas as macrorregiões do país”; bem como falar em “abordagem em múltiplas escalas” (MI, 2003 e 2007).

A desigualdade regional do Brasil se expressa em todas as instâncias da vida, desde a coleta de lixo (IBGE, 2013), onde a taxa de cobertura em 2010 para a região Norte é 71,84%, Nordeste 72,92%, Sudeste 94,65%, Sul 91,24 e Centro-Oeste 89,60%, até a concentração do ensino superior de maior qualidade no Sudeste, onde se encontram 11 das 20 melhores universidades do país, contra 5 do Sul, 3 do Nordeste e somente uma no Centro-Oeste. O Norte não aparece com nenhuma universidade dentre as 20 no Ranking Universitário da Folha (RUF, 2013). A desigualdade regional no Brasil atual é inegável!

Nenhum projeto nacional que se proponha a superar o subdesenvolvimento e a dependência que marcam a sociedade brasileira pode esquivar-se deste tema. Ao buscar resolver o drama das cidades brasileiras hoje, por exemplo, há que levar em conta sua

super-dimensão¹, advinda da falta de emprego no campo aliada à concentração do emprego urbano nas grandes cidades. Teríamos que repensar a organização da agricultura, a estrutura da terra no campo, a necessidade de levar ao campo condições de vida que assegurem a estabilidade das populações, etc. A partir destes elementos, é possível observar a imbricação da questão urbana e rural, que nos obriga a pensar um projeto nacional totalizante. Projeto onde a ocupação e produção do espaço pela população é fator relevante.

Assim, a questão urbana, para dar continuidade ao exemplo, não pode ser pensada sem um reordenamento espacial geral da sociedade. Como já haviam antevisto Marx e Engels, este projeto nacional exige a “abolição gradual da distinção entre cidade e campo, com uma distribuição mais igual da população no país” (MARX, ENGELS, 2001, p. 61), bem como a criação de novas relações entre regiões que permitissem este tal reordenamento sócio-espacial, isto é, suprimir as relações capitalistas.

A este aspecto do projeto nacional pretendemos contribuir com o presente trabalho, cientes de que esta é uma tarefa coletiva e que, portanto, não caberia a uma só pessoa e muito menos a um só trabalho.

Para auxiliar nesta tarefa coletiva, nos propusemos a realizar uma análise crítica da interpretação do desenvolvimento regional na obra de Francisco de Oliveira, autor de grande referência na área. Diante dos limites que cabem a uma monografia, nossa análise será centrada principalmente em *Elegia para uma re(li)gião*. Vale ressaltar ainda que este livro é apresentado nas disciplinas de economia regional e urbana como uma análise crítica do desenvolvimento regional no Brasil em que o autor demonstraria na prática suas diferenças com a interpretação dualista.

1.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente o tratamento da questão regional em *Elegia para uma Re(li)gião*, e verificar a possibilidade de

¹ O Brasil tinha em 2010 seis cidades com mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2013), contra quatro cidades dos Estados Unidos da América de mesmo tamanho (EUA, 2013). Note-se, contudo, que a população dos EUA em 2010 era de mais de 300 milhões de habitantes ante 190 milhões no Brasil.

convergência entre o pensamento de Francisco de Oliveira e da Teoria Marxista da Dependência.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sistematizar as principais contribuições da Teoria Marxista da Dependência acerca do funcionamento do capitalismo na América Latina.
- Identificar na obra de Francisco de Oliveira o tratamento dado pelo autor para a questão regional, sistematizando seu pensamento e principais teses sobre deste tema.
- Confrontar as duas leituras sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro dando destaque às divergências e teses compartilhadas.

Para cumprir os objetivos descritos acima, este trabalho se encontra dividido em outros quatro capítulos, além da presente introdução – capítulo primeiro – e das considerações finais. No capítulo dois, buscamos realizar um resgate da Teoria Marxista da Dependência, expondo o desenvolvimento do subdesenvolvimento de nosso continente desde sua vinculação ao mercado mundial, através da conquista, até a industrialização, passando pelas diferentes formas que assumem nossas economias.

As teses de Francisco de Oliveira são analisadas no terceiro capítulo. Num primeiro momento busca-se aclarar o conceito de “região” utilizado pelo autor. Partimos, num segundo momento, da constituição da “região” do açúcar que, no seu desenvolvimento, cria uma “região” pecuária. O desenvolvimento posterior destas “regiões” lega duas circularidades do capital que disputam a hegemonia no Nordeste. Este quadro muda quando o capital industrial do Centro-Sul assume o Estado nacional e se processa a “integração nacional”, que termina por destruir as “regiões” tal qual o autor as concebe.

A comparação entre as teses de Oliveira e os autores da Teoria Marxista da Dependência é realizada no quarto capítulo. Seis são os pontos incongruentes: i) O artifício do “fechamento”; ii) A tendência à destruição das “regiões”; iii) A transferência

de valor; iv) A omissão da superexploração da força de trabalho; v) O dualismo ma(rx)tizado; vi) A revolução burguesa especializada, ou a “integração nacional”.

Diante dos apontamentos feitos nos capítulos anteriores, fazemos breves considerações finais sobre a pesquisa e o desenvolvimento regional em sociedades dependentes, demonstrando as divergências do pensamento de Francisco de Oliveira com a Teoria Marxista da Dependência.

1.3 A TOTALIDADE, A REGIÃO E O MÉTODO

Ressaltamos que toda metodologia está ligada a uma determinada visão de mundo, e que, portanto, não se deve separar forma e conteúdo, ou as metodologias do método utilizado. Como se pode perceber acima, este trabalho não pretende nenhuma neutralidade e se coloca como instrumento da tarefa histórica da construção de uma nação soberana e socialista.

O método cientificamente exato (Marx, 2008) é aquele que, depois de abstrair da totalidade aparentemente caótica seus determinantes mais simples e fundamentais, faz o caminho de volta e reconstrói no pensamento o concreto pensado. O método científico constitui-se, portanto, de dois passos. O primeiro deles consiste em extrair do todo concreto seus determinantes e suas relações.

Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples (MARX, 2008, p. 258).

Este passo fora o único realizado pelos economistas políticos do século XVII. Mas há ainda o segundo passo, igualmente necessário.

Constitui-se o segundo passo em “fazer a viagem de modo inverso”, ou seja, retornar ao ponto de partida, o concreto. Agora partimos das determinações abstratas recém-extraídas do todo vivo até ele mesmo, onde se reinserem todos outros determinantes ora abstraídos.

A totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p. 259).

Este fora o método utilizado pelos filósofos idealistas que, tal como idealistas, deram o segundo passo sem haver dado o primeiro.

Porém, ao retornar ao ponto de partida, há agora uma mudança qualitativa na compreensão desta totalidade, ela parece “desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008, p. 258).

Em outras palavras, o pensamento parte do concreto caótico, desce até as abstrações e determinantes fundamentais para depois elevar-se ao concreto pensado. “O método que consiste em **elevar-se do abstrato ao concreto** não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (MARX, 2008, p. 259, grifo nosso).

O Capital (MARX, 2013) começa pela mercadoria e dela descobre os determinantes abstratos mais simples como trabalho, trabalho concreto/abstrato, valor de troca, valor de uso, etc. Quando retorna a ver a mercadoria, o linho, por exemplo, já a vê de outra forma, onde todas estas relações se imbricam de forma rica e singular (histórica). Nelas o linho é o produto final de todo um processo produtivo em que uma imensa massa de seres humanos (trabalhadores) é explorada por poucos (burgueses) ao criar mais-valor. Dai que consiga ver a tendência a proletarização dos trabalhadores, a submissão de todas as formas de trabalho ao capital, a tendência do capital de expulsar do processo de trabalho a fonte da riqueza, etc.

Como devemos analisar este todo caótico para poder sacar seus principais determinantes? O primeiro passo ao iniciarmos uma pesquisa, é realizar a “cisão do único” (KOSIK, 1976), a separação entre elementos essenciais e secundários. Neste ato já há uma percepção da totalidade, ainda que ingênua, sem a qual não se poderiam definir quais fatores são relevantes e quais não são.

O impulso espontâneo de práxis e do pensamento para isolar os fenômenos, para cindir a realidade no que é essencial e no que é secundário, vem sempre acompanhado de uma igualmente espontânea percepção do todo, na qual e da qual são isolados alguns aspectos, embora para a consciência ingênua essa percepção seja muito menos evidente e muitas vezes mais imatura (KOSIK, 1976, p. 15).

A totalidade começa a perder, mais e mais, seu aspecto caótico na medida em que a estudamos. Apresenta-se, por fim, como um todo estruturado; é dizer, existem nexos, relações, entre os componentes deste todo. Estes nexos derivam da totalidade e a

ela recriam em nova totalidade. Esta totalidade possui uma estrutura que, em seu próprio desenvolvimento, está constantemente se recriando.

Mas vale aqui uma ressalva: a totalidade não se situa por cima das partes e independente delas.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes. (KOSIK, 1976, p. 42, grifos no original)

Mais do que isso, o todo e as partes não existem independentemente. As partes são incompreensíveis sem o respectivo entendimento da totalidade. Não podemos entender a parte isolada da totalidade porque a parte não existe efetivamente fora da totalidade, senão como abstração idealista. A totalidade envolve as partes, mas só se realiza na interação delas. Da interação comercial e produtiva entre Ásia, África, Europa e América constrói-se o mercado mundial e, a partir de então, vida nestes continentes já não pode ser entendida sem considerar a produção e circulação de capital em escala mundial. Mas este não poderia existir sem aqueles.

No que toca a nosso estudo, essa reflexão é fundamental para decidir como tratar a questão regional. Afinal a região – Nordeste, por exemplo – é parte de uma totalidade – o Brasil, no exemplo. E até mesmo esta totalidade poderia ser compreendida como parte de uma totalidade maior – a economia capitalista mundial.² Portanto, se na totalidade as partes estão estruturadas, compete à investigação identificar o papel desta parte dentro da totalidade, perguntar-se onde está a parte em questão, qual sua relação com as outras partes e com a totalidade.

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, [...] ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser

² Poderíamos estabelecer grandezas diferentes de totalidades tal qual se estabelecem grandezas diferentes de infinitos. Por exemplo, entre 4 e 5 existem infinitos números reais; entre 4 e 100 também existem infinitos números reais, porém este segundo infinito é de grandeza maior e contém o anterior, tal qual o Brasil (ou até mesmo a região) considerado enquanto totalidade menor contida no mercado mundial.

revelador e ao mesmo tempo **ser determinado**, ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo (KOSIK, 1976, p. 40, itálico do autor, negrito nosso).

Percebemos assim que o todo preside a parte, a dirige. Assim, é com o capitalismo mundial e suas regiões (nos mais diversos níveis que esta noção pode abarcar: supranacionais, infracionais, etc). Logo, temos que a totalidade – o mercado mundial – orquestra as partes – as regiões. São mudanças na totalidade das relações capitalistas que trazem mudanças para a região.

Quando, depois da segunda guerra mundial, altera-se a dinâmica capitalista impulsionando a *integração dos sistemas de produção* (MARINI, 2012) ou *integração monopolística mundial* (BAMBIRRA, 2012), modifica-se a industrialização nas diferentes regiões do globo. Na América Latina este processo ocorre de forma desigual, onde a estrutura socioeconômica previa é determinante para o rumo posterior (BAMBIRRA, 2012). No Brasil este processo favorece particularmente o estado de São Paulo, mas engendra também para a economia brasileira uma série de novas necessidades, como mais matérias primas e bens intermediários para suportar essa nova expansão.

Percebe-se que não só o mercado mundial cria as regiões como as modifica. As regiões são definidas por sua posição no mercado mundial, seu papel na divisão social do trabalho em escala global. Representam, assim, um momento da produção de capital como um trabalhador é um momento do trabalhador coletivo (MARX, 2013).

Por outro lado, a parte sendo parcialmente o todo deve expressá-lo. Expressão que, dialeticamente, esconde e revela ao mesmo tempo esta totalidade (MARX, 2013; KOSIK, 1976). Isto não quer dizer que um corresponda ao outro imediatamente porque ocorrem mediações entre o sentido geral da transformação e o particular; e também porque uma forma de expressão é a completa inversão do que é (assim a produtividade do trabalho aparece como produtividade do capital, a coisificação dos homens como humanização das coisas, etc). As classes dominantes brasileiras (e poderíamos aqui estender para suas “primas-pobre”, as classes dominantes regionais), como classes dominantes-dominadas (BAMBIRRA, 2012), estabelecem com as classes dominantes das nações imperialistas uma relação de cooperação antagônica (MARINI, 2012) de onde não aceitam passivamente as diretrizes destas, mas tentam adaptá-las a seus interesses (LEHER, 2010).

Dáí concluímos que o todo não existe sem as partes, pois a totalidade só pode se expressar em seus momentos ou partes. Isto ocorre porque o todo, ou melhor, a

totalidade, não é abstrata; é totalidade concreta. Assim sendo, a totalidade para cessar ser potência e tornar-se existência (SANTOS, 2006) deve assumir uma forma social, da qual a geográfica é particularmente importante para este trabalho.

[A totalidade] só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. E a cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma nova metamorfose. Volta a ser real-abstrato.

O movimento que a transforma em multiplicidade individualiza a totalidade por meio das formas. Os *fragmentos* de totalidade assim tornados *objetivos* continuam a *integrar* a totalidade. Eles ocupam os objetos como sua essência e atividade, mas sempre como função da totalidade, que continua íntegra (SANTOS, 2006, p. 78-9).

A existência do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho implicam a necessária existência de regiões.

Assim, o

princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo. (KOSIK, 1976, p. 40)

Para estudar uma parte então devemos analisar o todo em movimento, sua transformação em novo todo, e depois as modificações da parte como expressão dessa transformação do todo, entendendo porque se apresentam desta forma, suas mediações, etc.

Neste sentido, existe uma concretização da totalidade, em que “a realidade, em certo sentido, não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos. Cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna” (KOSIK, 1976, p. 45).

Compete ao estudo reproduzir espiritualmente o desenvolvimento histórico do que se estuda – em nosso caso o desenvolvimento regional. Assim, ao investigarmos as transformações ocorridas nesta parte do capitalismo mundial que é o Nordeste brasileiro devemos questionar-nos sobre as mudanças ocorridas no capitalismo mundial, seu impacto sobre o Brasil e, por fim, que papel cabe ao Nordeste nesta nova posição em que se insere o país.

É sobre esta constatação que parte o pensamento crítico latino-americano: Marini (2008a, 2012) inicia suas duas maiores obras pela “vinculação ao mercado mundial”, José Carlos Mariátegui (1928) começa o primeiro dos *Sete Ensaio*s pela “conquista”, Caio Prado Júnior (2004) inicia a *Formação do Brasil Contemporâneo* pelos “sentidos da colonização”. A lista seria enorme e entediáramos o leitor; parece-nos que a estatura destes exemplos já basta para que a afirmação não pareça infundada. E não poderia ser diferente, afinal “o processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, **na qual se reproduz idealmente a realidade**” (KOSIK, 1976, p. 30, grifo nosso).

Como se vê, o tema da totalidade e sua vinculação com a questão regional é de fundamental importância e não deve passar ao largo de nenhuma pesquisa comprometida com a transformação revolucionária desta sociedade.

2. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

David Harvey (2005) certa vez afirmou que se fazia necessária a criação de uma geografia histórica do capitalismo, unindo a teoria do imperialismo de Lênin e da acumulação capitalista em Marx³. Poucos se empenharam tanto nesta tarefa, com o rigor teórico que esta exige, quanto os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD). E mesmo antes do alerta de Harvey! Desde suas formulações iniciais, os autores ligados a esta teoria se propõem a compreender as diferenças entre a acumulação de capital no centro e na periferia (aliás, poderia haver noção mais espacial do que esta?). Em sua gênese, a TMD colocava as diferenças entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na *posição* dos países em relação ao mercado mundial e a divisão internacional do trabalho que este cria e recria. Uma diferença que não é, de modo algum, temporal⁴.

Mesmo assim, pouca atenção tem sido dada ao aspecto espacial da TMD. A reapropriação da TMD tem sido feita muito mais nos cursos de economia, história e serviço social do que nos cursos de geografia e arquitetura⁵, ou mesmo nos anteriores enfatizando a espacialidade da acumulação de capital. Ressalta-se que recorreremos à divisão burguesa do conhecimento apenas para ilustrar este fenômeno.

Buscaremos, portanto, neste capítulo fazer uma breve reconstrução do pensamento da Teoria Marxista da Dependência dando luz à acumulação de capital espacialmente situada.

³ O artigo onde David Harvey (2005) faz menção a esta tarefa fora publicado em 1975, na revista *Antipode*, republicado no livro *A Produção Capitalista do Espaço*, aqui citado. Nesta data a maioria das obras fundamentais dos autores da referida tradição já haviam sido publicadas como *Capitalismo y subdesarrollo em América Latina*, *América Latina: subdesarrollo o revolución*, e *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo* de Andre Gunder Frank, publicados originalmente em 1965, 1969 e 1971, respectivamente; *O Capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra, publicado originalmente em 1972; *Subdesenvolvimento e revolução, Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini publicados originalmente em 1969 e 1973, respectivamente; *El Nuevo Carácter de la Dependencia, Dependencia y cambio social*, de Theotônio dos Santos, publicados originalmente em 1967 e 1972. Para mais informações, ver a tese de Nildo Ouriques (1995), *La teoria marxista de la dependencia : una historia critica*.

⁴ Ver CARDOSO DE MELLO (1991), este autor fala em capitalismo *tardio*, com uma industrialização *retardatária*.

⁵ Como expressão deste fenômeno, observa-se que em evento organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – *Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois* – as mesas coordenadas que demonstravam o esforço em retomar a Teoria Marxista da Dependência eram compostas, em sua maioria, por estudantes e/ou professores dos cursos de Economia, História e Serviço Social, enquanto que as áreas com acúmulo histórico sobre o espaço, tais quais Arquitetura e Geografia, não marcaram presença no evento.

2.1 O CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO

Países capitalistas desarrollados y países capitalistas dependientes, al constituir una misma unidad histórica, deben producir una misma unidad teórica, vale decir, la teoría del imperialismo debe originar la teoría de la dependencia.

Vânia Bambilra

Antes da conquista europeia os povos que habitavam no território que hoje chamamos de América Latina viviam sobre uma imensa variedade de relações de produção (BAGÚ, 1992). Este fato começa a mudar com a conquista (MARIATEGUI, 1928), quando as vidas de nossos povos tornam-se progressivamente submetidas aos interesses das sociedades colonizadoras e dos capitais que impulsionaram esta colonização.

Como já observaram Marx e Engels (2001, p. 25) no *Manifesto Comunista*, será o ouro latino-americano que possibilitará um desenvolvimento “até então desconhecido” da indústria, do comércio e do capital bancário na Europa.

A descoberta da América, a circunavegação da África, ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso até então desconhecido.

Através da conquista e do colonialismo que a acompanha, a América Latina se vincula ao mercado mundial de maneira subordinada desde o princípio, desde sua constituição mesmo enquanto continente latino-americano. A conquista e o saqueio da América Latina serão as bases da criação da grande indústria moderna. “Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región.” (MARINI, 2008a, p. 111). Ou seja, a expansão comercial transforma a vida dos povos da América Latina e esta transformação, sua existência enquanto colônia, altera por sua vez a dinâmica social em solo europeu, criando a grande indústria. A criação da grande indústria redefine qualitativamente a relação entre nações centrais e nações periféricas ao dar bases sólidas à divisão internacional do trabalho, ou, nos dizeres de Marini (2008a, p.111):

Sin embargo, y allí reside la debilidad real del trabajo de Frank, la situación colonial no es lo mismo que la situación de dependencia. Aunque se dé la continuidad entre ambas, no son homogéneas, como dice Canguilhem: “el carácter progresivo de un acontecimiento no excluye la originalidad del acontecimiento”. La dificultad del análisis teórico está precisamente en captar esa originalidad y, sobre todo, en discernir el momento en que la originalidad implica un cambio de cualidad.

A partir destas considerações, é possível perceber que o colonialismo, como elemento superado, faz parte da dependência e que, no limite, não podemos entendê-la desconsiderando o desenvolvimento do colonialismo latino-americano. Suas marcas permanecem em nossas sociedades, como demonstraremos adiante, até hoje.

Conformado o mercado mundial, qual papel cabe a *Nuestra América*? Marini (2008a) destaca que o papel latino-americano era primeiramente oferecer alimentos em quantidade suficiente para que os países industrializados pudessem utilizar a força de trabalho de sua população ao máximo para a produção de bens industriais. Se não pudessem lançar mão da compra de alimentos no mercado mundial, os países industrializados teriam de conter a expansão industrial. No entanto, não foi este o desenvolvimento histórico ocorrido.

O primeiro papel da América Latina

será el de reducir el valor real de la fuerza de trabajo en los países industriales, lo que permite que el incremento de la productividad se traduzca allí en cuotas de plusvalía cada vez más elevadas. En otros términos, mediante su incorporación al mercado mundial de bienes-salario, América Latina desempeña un papel significativo en el aumento de la plusvalía relativa en los países industriales (MARINI, 2008a, p. 117).

No entanto, nos adverte Marini (2008a), esta não foi a única função que coube e nosso continente. Coube aos povos latino-americanos, e esta função será particularmente importante para este trabalho, o papel de produtores de matérias-primas industriais. O trabalho de Oliveira (1987) – o qual será analisado mais adiante – nos aponta que isto pode ser evidenciado através da produção do algodão nordestino para a indústria têxtil inglesa. Além disso, esta função tende a ter importância crescente pelo caráter da produção capitalista, uma vez que a tendência à elevação da composição orgânica do capital faz crescer cada vez mais a parte constante do capital, bem como a

produtividade do trabalho, resultando em mais mercadorias que, para serem produzidas, criam por sua vez a necessidade de mais matérias primas⁶.

A criação e manutenção da América Latina como um espaço periférico da reprodução mundial(izada) do capital atua como elemento contratendencial à queda da taxa de lucro (MARINI, 2008). O mesmo passará com o Nordeste brasileiro e a taxa de lucro de São Paulo. A taxa de lucro é aquela que sensibiliza os capitalistas a moverem seus capitais, e expressa a relação entre o mais-valor⁷ que acresce aquele capital e o total de capital adiantado para aquele processo de valorização. Dito de outra maneira, $\frac{MV}{CC+CV}$. Sendo MV o mais-valor acrescido ao capital inicial; CC o capital constante e CV o capital variável, ambos adiantados para que se realizasse o processo produtivo que terminaria por tornar o capital inicial mais-valorizado.

O capitalista individual, ao proteger-se da concorrência pela elevação da produtividade do trabalho empregado por seu capital, buscando apropriar-se de um lucro extraordinário, gera o seu contrário, ou seja, a tendência à queda da taxa de lucro e ao desaparecimento de sua classe. Expliquemo-nos. O capitalista produz mercadorias para vendê-las, isto é, convertê-las em dinheiro, para que possa então mais uma vez reiniciar o processo produtivo. Não lhe importa sob que forma estará sua mercadoria, seja um tijolo ou um pão, desde que volte a tornar-se dinheiro para reiniciar a valorização. Sua mercadoria se vende, como todas as outras, por seu valor social médio, que quer dizer o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir aquela mercadoria, ou o tempo que a sociedade necessitou para produzir toda aquela massa de mercadorias, individualizado.

Se sua mercadoria foi produzida por um valor menor que o socialmente necessário, então o capitalista, ao realizá-la no mercado pelo valor social médio incorrerá num lucro extraordinário, ou seja, no “direito” de se apropriar de mais-valor produzido por concorrentes do seu setor (MARINI, 1979). Descobrimos assim que o capitalismo funciona sob o segredo da troca desigual (MARINI, 2008a). Ocorre uma

⁶Para que se possa ter uma idéia do que a elevação da composição organiza do capital representa para o aumento de unidades de mercadorias produzidas: em 1997 a indústria automobilística mundial produzia um pouco mais de 54,4 milhões de veículos, entre carros, utilitários, caminhões e ônibus (OICA, 2013a). Em 2012 foram 84,1 milhões de veículos (OICA, 2013b). Uma elevação de 54,5% em 15 anos.

⁷ Sobre a utilização do termo mais-valor, no lugar de mais-valia, ver DUAYER (2011).

transferência de valor dos capitais menos produtivos aos mais produtivos, ou seja, àqueles com maior composição orgânica do capital.

O aumento da produtividade é por excelência o meio de reduzir o valor das mercadorias produzidas.

Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada de força para produzir uma quantidade maior de valores de uso. (MARX, 2013, p. 389).

Eis porque “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção” (MARX, 2001, p. 28). No entanto, quando o aumento de produtividade se generalizar no setor, aquele capitalista perde o “direito” ao mais-valor extraordinário.

Neste afã, os capitalistas substituem cada vez mais trabalho vivo por trabalho morto. No entanto, por verem seu capital enquanto uma coisa só, os capitalistas não se dão conta que é o trabalho vivo que valoriza seu capital e não o trabalho morto (MARX, 1980, p. 59, 63). Dito de outra maneira, a tendência à queda da taxa de lucro é resultado da tendência a empregar cada vez mais trabalho morto e menos trabalho vivo, relativamente. Se a riqueza, e portanto o lucro, vem do trabalho vivo e este encontra-se cada vez menos presente relativamente, o mesmo se dará com o lucro que diminui também relativamente, enquanto taxa. Aquele que é a fonte da riqueza é constantemente expulso do processo de produção. A queda da taxa de lucro se apresenta como tendência. A incorporação da América Latina ao mercado mundial, como processo histórico, atenua esta tendência.

Ao rebaixar o valor das matérias primas industriais, a América Latina contribui para rebaixar o valor do capital constante e, por conseguinte, contrariar a tendência à queda da taxa de lucro.

Esta contradicción [queda da taxa de lucro], crucial para la acumulación capitalista, se contrarresta mediante diversos procedimientos que, desde el punto de vista estrictamente productivo, se orientan bien en el sentido de incrementar aún más la plusvalía, a fin de compensar la declinación de la cuota de ganancia, bien en el de inducir una baja paralela en el valor del capital constante, con el propósito de impedir que la declinación tenga lugar. (MARINI, 2008, p. 118)

A troca desigual opera também – e principalmente – no comércio internacional, onde as contradições podem se desenvolver mais profundamente. Marini (2008a) sistematiza duas formas sob as quais pode ocorrer a troca desigual. Um primeiro tipo que se dá entre nações industrializadas e se assemelha àquele já descrito entre capitalistas individuais. Uma segunda forma, que se dá mais frequentemente entre países exportadores de matérias primas e países industrializados, onde estes cobram um preço mais elevado por produzirem bens que aqueles não produzem. A existência da troca desigual como mecanismo sistemático de dominação – e porque não, exploração – dos países centrais sobre os periféricos gera uma transferência de valor destes em direção àqueles.

Se Ruy Mauro Marini (2008a) foi quem deu ao problema da transferência de valor sua forma teoricamente mais robusta, o problema já aparecera na obra de Andre Gunder Frank (1978), porém com menor refinamento analítico⁸. Este autor descrevia o problema como uma “contradição expropriação-apropriação”, onde parte do excedente gerado pelo “satélite” era apropriado pela “metrópole”, resultando no subdesenvolvimento do “satélite”. Em poucas palavras este processo era sintetizado por Frank como “desenvolvimento do subdesenvolvimento” – fórmula que recebeu o elogio de impecável por parte de Marini (2008a, p. 111). Note-se que o autor não havia analisado o problema com todos os instrumentos que o marxismo lega para as análises sociais, como composição orgânica do capital, valor, etc. Somente com a formulação de Marini é que o problema de transferência de valor recebe o devido tratamento teórico. A obra de Frank, no entanto, nos será particularmente útil neste trabalho por levar em consideração a expropriação-apropriação dentro de um território nacional.

A expropriação do excedente econômico, ou mais-valor, produzido na economia periférica aparecerá ao burguês dependente, que Vânia Bambirra (2012) chamou de classe “dominante-dominada”, como uma diminuição da taxa de lucro, uma vez que diminui o mais-valor por este apropriado, o numerador da já referida fórmula. Como o burguês dependente conviverá com esta baixa da sua taxa de lucro? Não conviverá. Lançará mão de uma inovação e jogará sob os ombros, braços, pernas e cabeças da classe trabalhadora o peso de sua incapacidade produtiva. Não podendo criar forças

⁸Conforme Ouriques (1995), este tema também já aparecera na obra de Henryk Grossman, *Law of Accumulation and Breakdown*, em 1929.

produtivas semelhantes, ou mesmo ligeiramente inferiores, fará uma inovação. Criará a superexploração da força de trabalho.

A diminuição do mais-valor apropriado pela burguesia não pode ser compensado pelo aumento da produtividade do trabalho, pois é justamente sua inferioridade que permite à burguesias metropolitanas surrupia-lo. Diante de sua incapacidade produtiva, a burguesia antinacional latino-americana deve aumentar a massa de mais-valor produzido pelo trabalho que põe em movimento. Mas como? Lançando mão do mais-valor absoluto, ou seja, elevando a intensidade e a duração da jornada de trabalho (MARINI, 2008a). Deixemos que Marx o explique.

A intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. [...] O número de produtos aumenta, aqui, sem que caia seu preço. **Com seu número aumenta também a soma de seus preços**, ao passo que, no outro caso, a mesma soma de valor se representa numa massa aumentada de produtos (MARX, 2013, p. 591, grifo nosso).

Como o produto de valor no qual se representa a jornada de trabalho aumenta com o próprio prolongamento desta última, o preço da força de trabalho e o mais-valor podem aumentar simultaneamente, seja com um incremento igual ou desigual. (MARX, 2013, p. 593).

No entanto, não se resumem a isto os mecanismos utilizados pelas débeis burguesias locais. Elas precisam pagar a força de trabalho abaixo de seu valor e realizar com ela uma troca desigual. Aceitam a troca desigual com as burguesias metropolitanas para poder praticá-la mais adiante. E é essencialmente a isto que se resume a superexploração que praticam: **pagar a força de trabalho abaixo de seu valor**. Conforme Marx:

o aumento do preço da força de trabalho não implica aqui, necessariamente, um aumento de seu preço acima de seu valor. **Ao contrário, ele pode vir acompanhado de uma queda abaixo de seu valor**. Esse é o caso sempre que a elevação do preço da força de trabalho não compensa seu desgaste acelerado.

Sabemos que, com exceções transitórias, uma variação na produtividade do trabalho só provoca uma variação na grandeza do valor da força de trabalho – e, por conseguinte, na grandeza do mais-valor – se os produtos dos ramos industriais afetados entram no consumo habitual do trabalhador. **Essa limitação desaparece aqui**. Se a grandeza do trabalho varia extensiva ou intensivamente, à sua variação de grandeza corresponde uma criação na grandeza de seu produto de valor, **independentemente da natureza do artigo no qual esse valor se representa** (MARX, 2013, p. 592, grifos nossos).

Com a jornada de trabalho prolongada, **o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor**, embora nominalmente se mantenha igual, ou mesmo suba. Lembremos que o valor diário da fora de trabalho é calculado com base em sua duração média, ou na duração normal da vida de um trabalhador e na correspondente transformação normal – ajustada à natureza humana – de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado com uma remuneração maior. Além desse ponto, porém, o desgaste aumento em progressão geométrica, ao mesmo tempo que se destroem todas as condições normais de reprodução a atuação da força de trabalho. (MARX, 2013, p. 594, grifo nosso).

Ou seja, é um mecanismo que pode ser utilizado em setores do capital que produzem valores de uso que não compõe o valor da força de trabalho; algo que foi rapidamente percebido por nossas burguesias. A superexploração da força de trabalho constitui-se assim no segundo segredo do capitalismo dependente, logrando **converter parte do fundo de reprodução do trabalhador em fundo de reprodução do capital**⁹.

Mas então, por que também as burguesias imperialistas não o fazem? Por que não superexploram seus povos para apropriar-se de quantidade ainda maior de mais-valor? Porque o capital cria, num só golpe, o produtor e o consumidor, o que Marini (2008, p. 133) chamou de “el doble carácter del trabajador”. No mesmo momento que o capital cria o trabalhador despossuído de meios de produção, obriga-o a consumir no mercado os meios necessários para sua existência e reprodução.

Agora, a pergunta contrária se faz necessária: como podem então as burguesias dependentes prosseguir com a acumulação de capital se superexploram os trabalhadores por elas utilizados? Uma vez mais a resposta para esta pergunta pode ser encontrada em Marini (2008, p. 132, grifo nosso).

Nascida para atender las exigencias de la circulación capitalista, cuyo eje de articulación está constituido por los países industriales, y centrada sobre el mercado mundial, **la producción latinoamericana no depende para su realización de la capacidad interna de consumo.**

Ao separar a esfera produtiva da esfera do consumo de forma tão radical que “não dependa de sua capacidade interna de consumo”, a América Latina cria um

⁹ Não se pode confundir, portanto, superexploração com uma maior exploração. Entre ambas há uma diferença qualitativa, que buscaremos expor no restante do capítulo, que terá repercussões na totalidade da reprodução do capital, aonde se destaca o descente divorcio entre estrutura produtiva e necessidade de consumo das massas (MARINI, 2008^a; 2012).

capitalismo *sui generis* (MARINI, 2008a), aonde o duplo caráter do trabalhador se vê cada vez mais como único, o de produtor. O capital rompe, na periferia capitalista, com o binômio trabalhador-consumidor para torná-lo, o máximo que possa, exclusivamente trabalhador. Esta especificidade do capitalismo dependente trará conseqüências para o seu desenvolvimento, aqui entendido como o desenrolar de um processo.

A demanda é composta, grosso modo, por aquilo que ganham os trabalhadores e os setores não produtivos da sociedade. “El consumo individual del trabajador y de la parte no acumulada del producto excedente engloban la totalidad del consumo individual. Éste condiciona, en su totalidad, la circulación del capital.” (MARX apud MARINI, 2008, p. 133, nota 33). A primeira conseqüência da superexploração, como regra da acumulação dependente, será que o consumo dos operários será baixo e cada menor, conforme se aprofunde a superexploração a qual estão submetidos. No pólo oposto, a situação é rigorosamente contrária: o aumento constante da capacidade de consumo dos setores que se apropriam do mais-valor não acumulado. Uma de suas derivações é a brutal desigualdade de renda que assola o continente. Segundo o relatório da ONU-HABITAT (2012), somente três países latino-americanos tem índice de gini inferior a 0,5: Venezuela, Uruguai e Equador. O índice de gini busca estimar a desigualdade de renda, onde a proximidade a 0 (zero) indica maior igualdade de renda.

Mathias Luce (2013) apresenta uma tabela onde podemos observar a compressão do poder de compra do trabalhador brasileiro desde 1940, quando foi instituído o salário mínimo.

Tabela 1 – Brasil. Salário mínimo necessário. Série histórica. 1940=100

Ano	Número índice	Ano	Número índice	Ano	Número índice	Ano	Número índice
1940	100	1957	125,12	1974	55,58	1991	30,99
1941	91,15	1958	108,85	1975	58,05	1992	26,59
1942	81,83	1959	121,85	1976	57,67	1993	29,96
1943	73,98	1960	102,32	1977	60,1	1994	25,29
1944	84,86	1961	113,77	1978	61,92	1995	25,02
1945	68,38	1962	103,87	1979	62,52	1996	25,42
1946	60	1963	91,31	1980	63,02	1997	25,82
1947	45,84	1964	94,35	1981	64,62	1998	27,08
1948	47,82	1965	90,98	1982	67,35	1999	27,19
1949	43,03	1966	77,56	1983	57,23	2000	27,96
1950	40,64	1967	73,37	1984	53,08	2001	30,27
1951	37,53	1968	71,8	1985	54,31	2002	30,88
1952	100,76	1969	69,16	1986	51,37	2003	31,32
1953	82,99	1970	70,32	1987	37,03	2004	32,49
1954	100,87	1971	67,29	1988	38,99	2005	34,99
1955	113,28	1972	66,09	1989	41,52	2006	40,44
1956	115,08	1973	60,56	1990	29,67	2007	42,59

Nota: ano-base = 1940

Fonte: LUCE, 2013.

Alguns comentários acerca da tabela acima merecem ser apresentados. O primeiro é o movimento geral de baixa, que não pode permitir nenhuma ilusão sobre uma acumulação de capital baseada no aumento do salário mínimo, traço marcante da tese de Oliveira (1987). A segunda nota é que a ditadura civil-militar que durou de 1965 a 1985, logrou reduzir a capacidade de compra dos trabalhadores de um índice de 94 para 54, ou seja, uma compressão salarial de 42,5% em 21 anos. A democracia restringida (MARINI, 2008c) logrou reduzir mais 53,7% o poder de compra do salário mínimo em apenas 10 anos, entre 1985 e 1995. Levando por terra todas as análises que vinculavam a superexploração com o regime ditatorial.

Somente depois de estabelecido o pacto de classes vigente na sociedade brasileira – materializado no plano real –, sob hegemonia do capital financeiro (OURIQUES, 1997), o índice calculado por Mathias Luce toma uma trajetória ascendente. Cremos, no entanto, que este aumento se deva a uma nova forma utilizada pelo capital para transformar o fundo de acumulação do trabalhador em fundo de acumulação do capital. Desde 2000 o crédito para pessoas físicas se elevou de uma

média geométrica de 140 bilhões de reais para 1.021 bilhões, o que representa um crescimento real de 256%, passando de 12% do PIB para 23% (BACEN, 2013). O maior endividamento das famílias, além de elevar seu acesso às mercadorias, faz com que parte crescente de seu orçamento se destine ao pagamento de mensalidades e juros (VALOR, 2013), forma pela qual o rendimento das famílias pode se elevar aparentemente mesmo tornando-se crescentemente fundo de acumulação do capital. Os gastos das famílias com juros e parcelas não aparecem nos indicadores de inflação e produzem o referido efeito do índice calculado por Mathias Luce.

Convém ainda trazer os dados acerca da importação de veículos, pois é expressão do consumo suntuário, da esfera alta de consumo: em 1994 eram 188.580 veículos importados, 18 anos depois são 788.063, um crescimento vertiginoso (ANFAVEA, 2013). Como se vê, nos últimos anos o crescimento da esfera alta de consumo não foi interrompido.

Voltemos ao ciclo do capital na economia dependente, onde é possível observar o estabelecimento de uma tendência onde

la separación entre el consumo individual fundado en el salario y del consumo individual engendrado por la plusvalía no acumulada da, pues, origen a una estratificación del mercado interno, que es también una diferenciación de esferas de circulación: mientras la esfera “baja” en que participan los trabajadores – que el sistema de esfuerzo por restringir – se basa en la producción interna, la esfera “alta” de circulación, propia de los no trabajadores – que es la que el sistema tiende a ensanchar –, se entronca con la producción externa a través del comercio de importación. (MARINI, 2008, p. 135)

Este fato também é notado por Vânia Bambirra (2012, P. 71),

A demanda poderia ser decomposta em duas partes fundamentais: a parte que se apropria de mais-valia e aquela que recebe salários. Na parte que se apropria de mais-valia [...] funciona, portanto, fundamentalmente como prolongamento do mercado dos países centrais do sistema capitalista mundial.

Na parte que recebe salários [...] a demanda por produtos manufaturados tende a ser crescente e a se destinar aos produtos nacionais.

No entanto, este aspecto não parece haver sido notado por Francisco de Oliveira (1987), que pareceu satisfeito com a divisão da demanda entre interna e externa e, deste modo, borrou todas as diferenças internas que marcam um capitalismo dependente.

Deteremos-nos a estes e outros comentários acerca de Oliveira mais adiante, no capítulo quarto.

Devido à crise capitalista durante o período entre guerras inter-imperialistas (1910-1945), a indústria dependente recebeu grande impulso, pois as dificuldades de importação forçaram um giro para dentro da esfera alta de consumo. Vale a pena lembrar que a indústria que aqui se desenvolvera ao longo do século XIX tinha um caráter complementar ao setor exportador, como bem notaram Bambirra (2012) e Marini (2008a, 2012). Este impulso interno, devido a um fator externo, fará mudar esta situação. A indústria vai ganhando crescente importância na sociedade nacional e formará terreno para as “revoluções burguesas”¹⁰ (BAMBIRRA, 2012) que ocorreram em nosso continente, quando a burguesia industrial assume as rédeas de nossas sociedades.

Para Marini (2008a), o fato de nossa indústria tomar impulso com a nacionalização forçada da esfera alta de consumo, é em si uma especificidade relevante. Para entendê-la precisamos voltar nossa atenção à forma que este processo se desenvolveu na Europa ocidental, onde dotou sua forma clássica.

O duplo caráter do trabalhador, ao qual nos referimos anteriormente, faz com que este apareça como vendedor e comprador em distintos momentos da reprodução do capital. Primeiro como vendedor de sua força de trabalho, transação pela qual recebe dinheiro; depois como comprador das mercadorias que necessita para reproduzir sua vida – que variam com a época e o local –, transação na qual o dinheiro retorna ao capitalista. “Es por ello que la producción industrial, en ese tipo de economía, se centra básicamente en los bienes de consumo popular y procura abaratarlos, una vez que inciden directamente en el valor de la fuerza de trabajo, y por tanto [...] en la cuota de plusvalía” (MARINI, 2008, p. 138). Assim, o aumento da força produtiva do trabalho não só permite aumentar o consumo dos trabalhadores, como ainda eleva o mais-valor apropriado pelas classes detentoras dos meios de produção e aumenta também o consumo da esfera alta.

Entretanto, os bens de luxo que se destinam à esfera alta têm sérios limites para a expansão de sua produção. Assim, “para que la producción de bienes de lujo pueda

¹⁰ Sobre este tema ver, principalmente, o capítulo IV de *O capitalismo dependente latino-americano* e o capítulo I de *Subdesenvolvimento e Revolução*, com o mesmo título.

expandirse, esos bienes tienen que cambiar de carácter, o sea, convertirse en productos de consumo popular *en el interior mismo de la economía industrial*” (MARINI, 2008a, p. 139, grifos no original). Este movimento pode ser observado com uma série de mercadorias, como foram os carros, celulares, geladeira, etc, que primeiro são criadas enquanto bens de luxo, mas vão sendo incorporados às exigências da vida social, e portanto à reprodução da força de trabalho, naquilo que Marx chamou de componente histórico e moral do valor da força de trabalho¹¹. Esfera alta e esfera baixa de consumo se relacionam de forma orgânica, onde o desenvolvimento de uma decorre da outra e vice-e-versa, de modo que “la ligazón existente entre las dos esferas de consumo se distiende, pero no se rompe” (MARINI, 2008a, p. 138). Não é isso o que acontece numa economia dependente.

Na América Latina, a superexploração da força de trabalho limita o crescimento inicial da indústria, que só consegue maior fôlego quando fatores externos limitam a possibilidade de satisfazer as necessidades de consumo da esfera alta via importação, obrigando a nacionalização do consumo daquelas classes, e frações de classe, que se apropriam de mais-valor não acumulado. Assim,

la industrialización latinoamericana no crea, por tanto, como en las economías clásicas, su propia demanda, sino que nace para atender una demanda preexistente, y se estructura en función de los requerimientos de mercado procedentes de los países avanzados. (MARINI, 2008a, p.140)

A economia industrial dependente que surge da velha economia exportadora reproduzirá as contradições desta, porém agora sobre outras bases, com uma mudança de qualidade.

Arrancando, pues, del modo de circulación que caracterizara a la economía exportadora, la economía industrial dependiente reproduce, en forma específica, la acumulación de capital basada en la superexplotación del trabajador. En consecuencia, reproduce también el modo de circulación que corresponde a ese tipo de acumulación, aunque de manera modificada: ya no opera la disociación entre la producción y la circulación de mercancías en función del mercado mundial, sino la *separación entre la esfera alta y la esfera baja de la circulación en el interior mismo de la economía*, separación que, al no ser contrarrestada por los factores que actúan en la economía

¹¹ “Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral.” (MARX, 2013, p. 246).

clásica, adquiere un carácter mucho más radical. (MARINI, 2008a, p. 141, grifos no original)

Se na economia industrial clássica a expansão do mais-valor não acumulado, que se direcionará para o consumo de luxo, depende do aumento da produtividade do trabalho e requer, num segundo momento, o aumento do consumo individual dos trabalhadores, já a economia industrial dependente requer o exato oposto, ou seja, uma maior exploração, intensiva e extensivamente, e a diminuição do consumo dos trabalhadores. Isto ocorre porque,

dedicada a la producción de bienes que no entran, o entran muy escasamente, en la composición del consumo popular, la producción industrial latinoamericana es independiente de las condiciones de salario propias de los trabajadores; [...] el valor de las manufacturas no determina el valor de la fuerza de trabajo. (MARINI, 2008a, p. 141)

Na década de 50 no Brasil, quando a oferta alcança a demanda (MARINI, 2008), cria-se a necessidade de aumentar a demanda por bens industrializados, que na economia clássica corresponderia ao momento em que estes bens passam a fazer parte do consumo da classe trabalhadora como forma de elevar a demanda por aquelas mercadorias. Na economia industrial dependente isto se fará pela ampliação do consumo das camadas médias e aumento da produtividade do trabalho, lançando mão de tecnologia estrangeira. O consumo das camadas médias, no entanto, se faz por meio da sua apropriação do mais-valor, mediante o aumento do mais-valor criado, que pressupõe, por sua vez, a compressão do consumo dos trabalhadores através de uma maior superexploração de sua força de trabalho. O último elemento citado impedirá que nossa sociedade industrial transite para uma acumulação baseada no mais-valor relativo.

A forma como o capital se reproduz numa economia dependente cria problemas gravíssimos quanto à realização do valor produzido nesta economia,

una vez que la compresión del nivel de vida de las masas trabajadoras pasa a ser condición necesaria para la expansión de la demanda creada por las capas que viven de la plusvalía. *La producción basada en la superexplotación del trabajo volvió a engendrar así el modo de circulación que le corresponde, al mismo tiempo que divorcia el aparato productivo de las necesidades de consumo de las masas.* (MARINI, 2008a, p.147-148, grifos do original).

O que fazer com a massa de mercadorias sempre crescente produzida por esta economia? Não se pode vendê-las à classe trabalhadora, porque seus salários são baixos e sua compressão é o único mecanismo encontrado para elevar o consumo das

mercadorias produzidas; tampouco às classes que se apropriam do mais-valor não acumulado, pelos limites que a superexploração impõe. Caso não resolva este problema, o capitalista corre o risco de sequer ter mais-valor para acumular e consumir, e no limite, deixaria de ser capitalista. Necessita, então, que seu capital retorne a forma dinheiro para que possa dar sequência à reprodução ampliada desta forma de vida. Já não podem resolver suas contradições no mercado interno, como crê Francisco de Oliveira (1987). Em meados da década de 1960 a débil burguesia latino-americana encontra uma antiga resposta ao seu novo problema: o mercado mundial. As economias latino-americanas reencontram, sob uma base industrial, seu padrão exportador.

La necesidad de expandirse hacia el exterior, es decir, de desdoblarse nuevamente – aunque ahora a partir de la base industrial - el ciclo del capital, para centrar parcialmente la circulación sobre el mercado mundial. La exportación de manufacturas, tanto de bienes esenciales como productos suntuarios, se ha convertido en la tabla de salvación de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afligen. (MARINI, 2008a, p. 148).

A industrialização que se desenvolve sobre estas sociedades de passado colonial, longe de superar a dependência e o subdesenvolvimento, as reproduz em escala ampliada, de tal modo que a dependência e o subdesenvolvimento passam a se desenvolver mais profunda e definitivamente.

2.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Ao iniciar a reconstrução ideal do movimento de constituição das regiões, de um modo geral, mas do Nordeste e Sudeste brasileiros em específicos, a primeira questão é reconhecê-las como produtos da expansão do capital comercial em escala mundial. Afinal, a forma concreta com que a expansão comercial se deu foi criando regiões aparentemente isoladas umas das outras. Parece trivial, mas acreditamos ser necessário afirmar aqui que a cana de açúcar e o algodão, por exemplo, só passam a ser produzidos no Nordeste, ou o café no Sudeste, sob o domínio luso-inglês. Fazemos questão de mostrar que Francisco de Oliveira havia percebido isso tanto no Nordeste açucareiro quanto algodoeiro.

O próprio “Nordeste” açucareiro havia sido descolado pelo capital internacional de sua antiga posição, centrando-se agora os novos produtores sobretudo nas Antilhas e no Caribe.

As mesmas razões que nos finais do Século XIX levaram inclusive a economia da “região” do café a libertar-se dos limites impostos pelo trabalho escravo, numa dialética que firmava um dos pólos exatamente nas mudanças da composição orgânica do capital nos países imperialistas, começaram a reativar a economia do “Nordeste” açucareiro. (OLIVEIRA, 1987, p. 61).

Como seqüela da Revolução Industrial, e principalmente, do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, a demanda mundial de algodão começa a crescer exponencialmente. [...] Várias regiões do globo passam a ser “regiões” algodoeiras: o Egito, o Peru, a Índia [...] o Sul dos Estados Unidos e o Nordeste do Brasil. (OLIVEIRA, 1987, 46-47).

Referindo-se ao mesmo fenômeno, em seu *Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano*¹², Frank afirma que

A expansão da economia mundial a partir do século XVI **converteu** sucessivamente o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e por último o Centro-Sul [...] **em economias de exportação e incorporou-as à estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista mundial.** [...] E logo que o mercado ou a produtividade das três primeiras regiões declinou, o interesse econômico nessas regiões, tanto interno quanto externo, se desfez; e elas foram relegadas a desenvolver o subdesenvolvimento em que vivem hoje. Na quarta região, a economia do café está experimentando um destino semelhante, embora ainda não tão sério (FRANK, 1969, p. 30, grifo nosso).

A análise de Frank baseada na *continuidad en el cambio* (FRANK, 1978), não o permitira ser otimista acerca da industrialização que ocorria em São Paulo. Assim, o autor não vê de modo algum a transição do Centro-Sul para o capitalismo monopolista – como gosta de ver Oliveira (1987) – como o processo que homogeneizaria o espaço nacional. “O desenvolvimento industrial em São Paulo não trouxe uma riqueza maior para as outras regiões do Brasil. Pelo contrário, converteu-as em satélites coloniais internos, descapitalizou-as ainda mais, e consolidou ou até aumentou o seu subdesenvolvimento” (FRANK, 1969, p. 31).

A relação entre os mais longínquos satélites e a mais central das metrópoles se dá através de um sem número de mediações, sem as quais as relações globais não se fariam concretas. Ou, nas palavras de Milton Santos “As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (2006, p. 165). Como também demonstra Frank,

¹² Publicado originalmente sob o título de *The development of underdevelopment*, em *Monthly Review*, vol. 18, nº 5, em setembro de 1966.

as *relações metrópole-satélite* não se limitam ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a própria vida econômica, política e social interna dos países e colônias da América Latina. E assim como a capital colonial e nacional e seu setor de exportação se tornaram satélites das metrópoles ibéricas (e mais tarde de outras do sistema econômico mundial), esta capital-satélite se tornou imediatamente por outro lado uma metrópole colonial e depois nacional em relação aos setores produtivos e à população do interior (FRANK, 1969, p. 28, grifos do original).

A metrópole interna, ou capital-satélite, é um espaço “dominado-dominante”. É um espaço extremamente relevante para a dominação imperialista porque realiza as mediações necessárias e possibilita estendê-la até os confins aparentemente mais isolados. É isto que percebe Frank (1978, p. 53) quando afirma que “las contradicciones del capitalismo no sólo se manifiestan en las relaciones entre grandes regiones o países, sino que penetran en el cuerpo económico, político y social interior, hasta la última célula, integrando el todo en su contradictoria estructura”, perpassando os satélites-metrópoles intermediários.

Estas constatações de Frank são importantes para compreendermos que o sentido do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não se dá nem para dentro do próprio território, nem em direção aos vizinhos latino-americanos, mas para onde possamos conectar-nos com nossas metrópoles. Isto explica, por exemplo, a importância das cidades portuárias no desenvolvimento da malha urbana brasileira.

Este aspecto da dependência atrasa e impede a constituição da pátria grande. Mesmo a recente Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com claro corte subimperialista, está muito distante das necessidades requeridas para a integração latino-americana (HIRT, 2013). Este traço do desenvolvimento regional dependente aparece na dissertação de Etienne Luiz Silva (1978) quando analisa que os núcleos rede urbana catarinense se vinculavam mais fortemente à outras capitais brasileiras do que entre si. No entanto, estas considerações estão ausentes no trabalho de Oliveira (1987, 1977).

As nações imperialistas conseguiram, ao nos criarem enquanto região a elas subordinadas, não só novas fontes de matérias primas e alimentos como novas fronteiras para reiniciar a expansão de suas relações de produção em escala sempre ampliada. A causa do subdesenvolvimento de determinadas regiões, como o Nordeste, não pode ser jamais o isolamento ou falta de contato com o mundo desenvolvido. Frank (1978, p.

156) faz bem ao analisar o subdesenvolvimento do Nordeste colonial açucareiro ao notar que

la concentración de la riqueza en sus manos, el traspaso de buena parte de ella a la metrópoli, y la estructura de la producción, cuyos mayores beneficios derivaban de un solo producto exportable, condujeron a una escasa inversión en el país y la importación de la metrópoli de máquinas para los ingenios y objetos de lujo para sus propietarios. **Se fue impregnando así al satélite, a través de su incorporación al sistema capitalista mundial durante la prosperidad del siglo XVI, la estructura de subdesarrollo** que en esencia es evidente aún en la América Latina de nuestro tiempo.

Outro aspecto relevante é que o capitalismo não é somente desigual entre um centro e uma periferia. Este centro e esta periferia são também desiguais internamente, em quantas escalas tenhamos vontade de analisar¹³. Assim, na periferia – e também no centro – existem diferenças entre países, e nestes, regiões, estados, etc., de modo que o desenvolvimento do capitalismo impactará diversificadamente sobre cada um.

A transferência de valor não ocorre, portanto, somente entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos; ocorre também entre diferentes regiões de um mesmo país – ou outra escala escolhida. Enquanto houver capitalismo, haverá diferentes composições orgânicas do capital num mesmo país e, por consequência, transferência de mais-valor das regiões periféricas para a região central do país.

Frank (1978) e Oliveira (1987) descrevem este fenômeno, porém o segundo não consegue tirar de sua constatação as devidas conclusões. Transferências de “recursos” e de capitais aparecem em muitos momentos de sua obra. A título de ilustração:

Seu papel na divisão regional do trabalho no que respeita a “região” Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva [...], por outro lado, **os diferenciais da taxa de lucros começam a drenar o capital que ainda se formava no Nordeste** (1987, p. 37, grifo nosso)

Ao descrever o funcionamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA):

Tais condições de monopólio ou oligopólio, isto é, de preços fixados em todo o território nacional, não permitindo às “regiões” concorrerem umas com as outras na base do preço, os preços *mínimos* para o Nordeste transformaram-se em preços *máximos* para a

¹³ Ver MI, 2003. O documento chega a falar em “abordagem em múltiplas escalas” (MI, 2003, p.16).

produção do açúcar na “região” industrial de São Paulo. É fácil perceber que essa oligopolização da demanda ou um oligopsônio **aumentou os diferenciais de acumulação em favor da “região” onde os aumentos da produtividade do trabalho eram maiores.** (OLIVEIRA, 1987, p. 68-69, itálicos do autor, negritos nossos)

Procurando deixar claro que o autor notara diversas vezes ao longo desta obra a transferência de valor, mencionamos ainda sua percepção da taxa de câmbio como mecanismo de “descapitalização do Nordeste em favor do centro da acumulação” (OLIVEIRA, 1987, p. 94); e da SUDENE como instrumento de transferência de valor. “O ‘planejamento’ é, pois, essa forma de transformação da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul” (OLIVEIRA, 1987, p. 113).

Nas obras de Frank também podemos encontrar afirmações mais incisivas, quando nota

una sistemática y casi continua transferencia de capitales o de excedentes económicos del Nordeste y otras regiones satélites, como señala mi modelo, de los que se apropia la metrópoli nacional en el Sur, para usarlos parcialmente en su propio desarrollo y, fundamentalmente, en el desarrollo de su propia burguesía. (FRANK, 1978, p. 190)

Frank (1978) chega a citar cinco formas pelas quais se transfere valor das regiões “satélites” para a região “metrópole interna” em seu *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*: i) termos de troca favoráveis à metrópole nacional; ii) repasse de divisas; iii) estrutura federalmente controlada dos preços de importação; iv) migrações de força de trabalho qualificada e v) oferecimento de serviços especializados que significam uma transferência “invisível”.

Ora, se o excedente econômico das regiões periféricas capitaliza a metrópole interna, então de modo algum se pode afirmar que o subdesenvolvimento das regiões periféricas se deve ao seu “fechamento” ou à escassez de capital. O problema é a transferência de valor típica das relações capitalistas. Mas tal qual a que ocorre em nível internacional, o valor transferido deve ser recomposto nas “regiões” periféricas. Mas como? Novamente utilizando-se do mais-valor absoluto, elevando a superexploração, a exclusão ao consumo, serviços básicos e a concentração de renda ainda maior nas regiões periféricas.

Albuquerque e Cavalcanti (1978) nos mostram dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1972 que constata essa realidade tanto no

consumo de bens duráveis, aqueles que deveriam entrar na composição do valor da força de trabalho, quanto em serviços públicos. Enquanto somente 27% e 11% dos domicílios do Nordeste contavam com fogão e geladeira, respectivamente, no Brasil estes números eram 62% e 33%. Quando considerados somente os domicílios urbanos, a geladeira se faz presente em 24% destes no Nordeste contra 47% no Brasil, a televisão 20% contra 50%; o automóvel 8% diante de 17%; e 10% das residências contavam com esgoto sanitário ligado a rede geral, enquanto no Brasil eram 30%.

Passados quarenta anos de desenvolvimento capitalista, a PNAD de 2012 (IBGE, 2012) continua a mostrar desigualdades regionais e não uma homogeneização do espaço nacional. Assim, enquanto no Sul, Sudeste e Centro-Oeste os domicílios com geladeira giram ao redor de 99%, no Norte e Nordeste eram 86,8 e 91%, respectivamente. No entanto, o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, o qual foi mencionado anteriormente, limita este tipo de análise para períodos longos, uma vez que é inconcebível viver nas cidades brasileiras no século XXI sem geladeira. A própria indústria alimentícia pressupõe que seus consumidores tenham este utensílio básico da modernidade. Entretanto, não se passa o mesmo com relação à máquina de lavar roupa: 34,84% dos domicílios do Norte a possuíam; 25,85% no Nordeste; 69,52% no Sudeste; 74,17% no Sul e 54,82% no Centro-Oeste. Se considerada a população que ganha até três salários mínimos¹⁴ estes números caem, respectivamente, para 23,66%, 15,78%, 51,97%, 58,31% e 35,99% (IBGE, 2012).

Enquanto em 1972 (ALBUQUERQUE;CAVALCANTI, 1978) somente 27% dos domicílios tinham fogão no Nordeste, contra 63% no Brasil; em 2012 eram 97,5% ante 98,8% no país (IBGE, 2012). A televisão, em 1972, estava presente em somente 10% dos domicílios nordestinos em 1972, ao passo que estava em 25,6% dos brasileiros (ALBUQUERQUE;CAVALCANTI, 1978). Quarenta anos mais tarde este bem pode ser encontrado em 95,8% e 97,2% dos domicílios nordestinos e brasileiros, respectivamente (IBGE, 2012).

Diante destes dados torna-se patente uma redução das disparidades regionais. Esta redução, contudo, não nos autoriza em momento nenhum em falar de uma

¹⁴ Esta faixa de rendimento se justifica na medida em que o índice calculado por Mathias Luce (2013) situa o salário mínimo legal em torno de 40% do salário mínimo necessário, fazendo necessário mais de dois salários mínimos para alcançar aquele poder de compra descrito na constituição.

homogeneização do espaço nacional. Como vimos, o desenvolvimento do capitalismo cria diferentes níveis de apropriação da riqueza social que, por sua vez, criam diferentes níveis de superexploração e, decorrente dela, de exclusão do consumo, saúde, educação, concentração de renda, etc. Vejamos agora a interpretação produzida por Francisco de Oliveira.

3. A QUESTÃO REGIONAL EM FRANCISCO DE OLIVEIRA

Francisco de Oliveira tem uma extensa obra que se abre com a publicação, em 1972 na revista Estudos CEBRAP nº2, de *A Economia brasileira: Crítica a razão dualista*. Neste texto o autor se ocupa de criticar a tese do antagonismo entre os setores “atrasado” e “moderno” e observa uma tendência a elevação da taxa de exploração da força de trabalho na economia brasileira (com a subsequente necessidade de elevação da concentração de renda e riqueza).

Corrêa e Cardeal (2008) demonstram que em *Crítica a Razão Dualista* o pensamento de Oliveira tinha algumas convergências com a TMD, ainda que se mantivessem também diferenças. Quanto às convergências vale destacar a necessidade de redução dos salários, e conseqüente concentração de renda, para o prosseguimento da acumulação, bem como compreender o subdesenvolvimento como resultado da expansão capitalista. Entre as diferenças Corrêa e Cardeal (2008) destacam a esperança do desenvolvimento capitalista autônomo.

Este é o texto mais recuperado de Francisco de Oliveira – sendo recuperado em várias áreas do conhecimento como história, economia, sociologia e outros – e o maior alvo de críticas, que mesmo assim são de reduzido número. Dentre elas importa aqui assinalar: i) a crítica de Luís Alfredo Galvão (1974) sobre a utilização feita por Oliveira do conceito de acumulação primitiva diversa da feita por Marx em *O Capital* e a presença no dualismo no interior do texto que supostamente o critica. Para além destes fatores sua crítica é fraca e desconsidera as características de uma economia dependente, fato que leva o Galvão a criticar aspectos corretos da análise de Oliveira; e ii) a crítica de Nildo Ouriques à tese de Oliveira vincular a tendência a elevação da taxa exploração ao regime autoritário, e seu corolário, sua incompatibilidade com a democracia (que como demonstraremos depois, já tem influências de Fernando Henrique Cardoso).

Cinco anos mais tarde Oliveira lança o livro *Elegia para uma Re(li)gião* (doravante “Elegia...”), onde faz uma análise sobre o capitalismo no Nordeste brasileiro, sua relação com o capitalismo no Centro-Sul e as condições que propiciam a criação da SUDENE, bem como que definem seu caráter de classe. Este texto, no entanto, é recuperado quase que exclusivamente por autores que tratam do planejamento regional e urbano.

Mesmo sendo recuperado por especialistas no assunto (ou seria por isso mesmo?) este texto carece de críticas. O único comentário crítico encontrado foi feito por Leonardo Guimarães Neto (1997, p. 48) que diz que homogeneização do território nacional é “uma expressão cara a Francisco de Oliveira”. Faltam ainda críticas mais sistemáticas, a que este trabalho pretende contribuir.

Dois meses depois, em março de 1977, Francisco de Oliveira publica um segundo livro, *A Economia da Dependência Imperfeita*, republicando três textos e apresenta dois textos originais. Um dos textos republicados é *Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*, originalmente publicado em 1973 no Estudos CEBRAP nº 4, onde apresenta pela primeira vez sua tese da homogeneização do território nacional. Em outro importante texto deste livro, *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)*, busca analisar a relação entre os departamentos de produção, sua desproporcionalidade e sua relação com o financiamento em moeda estrangeira (dólar). Ruy Mauro Marini (1979) realizou uma crítica a “Padrões...” em que aponta o traço circulacionista e a ilusão de Oliveira com a possibilidade do desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

Em 1987, Oliveira lança *O Elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*, onde apresenta uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo na Bahia e as lutas entre as classes sociais naquele estado para buscar compreender as dificuldades da constituição dos trabalhadores bahianos em classe para si. Apesar de apresentar uma narrativa sobre o desenvolvimento regional de um estado, i) neste livro a preocupação central de Oliveira é outra, a capacidade da classe trabalhadora representar politicamente seus interesses materiais; e ii) mesmo sobre o tema do desenvolvimento regional não há nenhuma novidade quanto aos traços gerais já apresentados em *Elegia para uma re(li)gião*.

Apresentada em linhas gerais as obras do autor, passemos agora a uma apresentação mais detalhada do objeto deste trabalho.

Francisco de Oliveira, buscando analisar a questão regional e o planejamento regional no Brasil, se debruça sobre sua experiência na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para explicar as condições de seu surgimento e seus efeitos sobre a luta de classes. Escreve *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste – planejamento e conflito de classes*. O livro, como conta em entrevista a

Marcelo Ridenti e Flávio Mendes (2012, p. 603), é resultado de sua entrada no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento),

O Octavio estava fazendo um projeto que ia ser patrocinado pela Academia Brasileira de Ciências. Ela dava o dinheiro e repassava esse dinheiro para o CEBRAP. O projeto era sobre planejamento. Ele cuidava da parte de planejamento no Brasil e me convidou para fazer a parte de planejamento regional. Esse projeto fracassou, também, porque o governo puxou o tapete. Mas eu já estava lá, o Octavio já tinha começado a trabalhar, e, a partir dali, eu comecei a pensar mais sobre o planejamento regional, mas não escrevi nada que prestasse. Só depois.

Neste livro, Oliveira (1987) constrói sua tese de que a SUDENE foi um instrumento de transferência da hegemonia da burguesia do Centro-Sul para o Nordeste. Ao fazê-lo, acaba com a circularidade do capital “que lhe era própria” para impor a “pura produção de mais-valia”, e assim homogeneiza o espaço econômico nacional.

Creemos estar certa Vânia Bambirra (1977, p. 13-14) quando diz:

Para mí el modelo de crítica es la que cuestiona, de una manera sólida, el núcleo central de los argumentos criticados. Ese modelo de crítica lo encontramos en Marx, en Engels, en Lenin, como mejores expresiones de polémica. Son sólidos, por ejemplo, los argumentos de Marx en contra de Proudhon, como los de Engels en contra de Dühring, y los de Lenin en contra de los populistas o de Kautsky. Los marxistas cuando trataban de destruir pensamientos complejos no se dedicaban a raspar la costra del razonamiento de sus adversarios. Se entrañaban en el núcleo de su armazón teórico para poder desmontarlo piedra por piedra.

Por isso nos esforçaremos no presente capítulo para remontar o pensamento de Oliveira para que possamos, num segundo momento, desmontá-lo. Se Francisco de Oliveira previu o desaparecimento das regiões no Brasil precisamos: i) compreender o que ele entendia como região; ii) entender sua descrição sobre o movimento que levaria à dissolução das regiões no Brasil. Nas seções seguintes, nos dedicaremos a ir da construção do conceito de região à tese da destruição das regiões no Brasil.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE “REGIÃO”

Oliveira inicia sua investigação precisamente por definir o conceito de região que utilizará.

Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de

acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral (OLIVEIRA, 1987, p. 27).

A “região” seria um espaço onde uma forma de capital se sobrepõe as demais e, por consequência, “as diversas formas de reprodução do capital conformariam ‘regiões’ distintas”, a “região” é o espaço onde predomina uma “forma de circularidade do capital” (OLIVEIRA, 1987, p. 29, 65). Ou seja, as formas de produção do valor, sob relações de produção diversas, e aquelas sob as quais circula, conformam múltiplas “regiões”.

Assim, uma “região” que produz valor sob o “cambão¹⁵” e é submetida ao capital comercial estrangeiro será diferente daquela que, produzindo valor sob esta mesma relação, tem sua circularidade restrita ao território nacional – caso dos dois Nordeste, como veremos adiante. Da mesma maneira, espaços que se submetem igualmente ao capital estrangeiro, mas que reproduzem ampliadamente o valor sob formas variadas, como o “cambão” de um lado, e o assalariamento ou o “colonato” de outro, conformarão diferentes “regiões”. Será esta a diferença entre o Nordeste algodoeiro e o Centro-Sul cafeeiro.

As regiões, assim concebidas, não podem ser tomadas como estáticas, pois assumem uma constante transformação, uma vez que para o autor este “conceito econômico e político de ‘região’ [...] é de natureza dinâmica por definição, fundado que está no movimento de reprodução do capital e das relações de produção” (OLIVEIRA, 1987, p. 32).

Ainda conforme Oliveira (1987), os limites de uma “região” dependem do alcance espacial das relações dominantes naquela região, isto é, de até aonde chega aquela “forma de circularidade do capital”. Uma “região” se define em relação às demais “regiões” justamente porque diferem naquilo que define a “região”, suas relações de produção, forças produtivas e classes sociais que delas derivam.

O autor enxerga como corolário a necessidade de que as regiões se fechem, uma vez que sua reprodução, ou a reprodução do capital que a constitui enquanto “região”,

¹⁵ Nas palavras de Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas: “A palavra cambão, no Nordeste, é aplicada precisamente ao dia de trabalho que o foreiro dá ao senhor da terra sem receber nada em troca: nem dinheiro, nem comida, nem coisa alguma. o foreiro odiava sair com a enxada de manhã e regressar à noite, sem nada para a família. [...] O foreiro, em geral, só comparecia à presença do proprietário para pagar o foro ou para dar os dias de cambão. No mais, mantinha com ele um outro tipo de relação. Ia à feira e dispunha de uma certa liberdade para mover-se e fazer dinheiro” (CPDOC, 1982, p. 7-8).

necessita da reprodução das relações de produção que engendram esta forma específica de produzir e apropriar a riqueza social. Ou seja, necessita da não-reprodução de outras relações de produção. Logo,

o “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes **requer, exige e somente se dá**, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem **reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção**. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. (OLIVEIRA, 1987, p. 31, grifos nossos)

A necessidade de que as “regiões” se fechem, segundo o autor, irá se chocar com sua necessidade de expansão que é própria ao capital. A expansão das relações de produção que são próprias a cada região fará com que estas se choquem, assim como suas classes dominantes, produzindo uma luta pela nova hegemonia. Esta luta tomou a aparência de conflitos inter-regionais, sem deixar nunca de ser um conflito de classes (OLIVEIRA, 1987, p. 29).

Quando se está em presença de uma “economia nacional”, que globalmente se reproduz sob os esquemas de reprodução ampliada do capital, é que o enfoque aqui adotado, de diferenças na divisão regional do trabalho, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações inter-regionais e abandonar a abordagem dos “desequilíbrios regionais” por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção.

Resulta então, no conceito de “região” proposto por Francisco de Oliveira, que a tendência de concentração e centralização de capital, bem como da expansão das relações capitalistas de produção, criam “uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas [...] que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’, no sentido proposto por esta investigação” (OLIVEIRA, 1987, p.27).

Ou seja, haveria uma tendência a “homogeneização do espaço nacional”, ao “desaparecimento das regiões”, e que levariam no limite ao desaparecimento mesmo da questão regional. As assertivas do autor nos levam a concluir que a questão regional não só poderia ser, como já estaria, resolvida do capitalismo. Mesmo num capitalismo dependente. Deixemos que o autor fale por si mesmo:

Ainda quando os resultados do programa de industrialização deixem a desejar em termos de criação de empregos (sic), ou que se afastem do

padrão “labour intensive” que preconizava a SUDENE nos seus primórdios, **é inegável que a economia no Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar de “economias regionais” no Brasil, [...]** (OLIVEIRA, 1987, p. 125, grifo nosso)

A expansão do capitalismo monopolista do Brasil **aponta, no limite para a dissolução das “regiões”**, enquanto espaços de produção e apropriação do valor especiais e diferenciados; por certo persistirão diferenças setoriais, mas ninguém pode na verdade dizer que a reprodução do capital na Rhodia no Nordeste – para dar um exemplo – é diferente da reprodução do capital na Rhodia em São Paulo. (OLIVEIRA, 1987, p. 133, grifo nosso)

Esta tendência fazia parte da interpretação do autor em *Mudanças da divisão inter-regional do trabalho no Brasil*, onde observa que “a redivisão regional do trabalho entre setores industriais do Nordeste e do Sudeste obedece à razão principal do capital, e, para tanto, homogeneizar o espaço econômico nacional tornava-se absolutamente necessário” e também que “a saída para o Nordeste é uma operação que tem como objetivo manter elevadas as taxas de lucro; **quando o espaço for homogeneizado**, evidentemente reduzem-se as possibilidades de continuar a mesma estratégia” (OLIVEIRA, 1977, p. 72 e 73, grifo nosso).

Ainda na entrevista realizada por Marcelo Ridenti e Flávio Mendes (2012, p. 606) o autor confessa: “eu acho que aquela discussão sobre região já não faz sentido. Até o título foi escolhido de propósito. Elegia é uma espécie de nostalgia”. Num outro trecho, para não deixar dúvida quanto a sua opinião, referindo-se a “*Elegia...*”, dispara “Ele é um texto de despedida: **aqui a questão regional acabou.**” (RIDENTI; MENDES, p. 608, grifo nosso).

3.2 A DESTRUIÇÃO DA “REGIÃO”

3.2.1. A reprodução do capital nos Nordeste

Buscaremos nesta seção percorrer o caminho trilhado por Oliveira na tentativa de construir a tese da destruição das regiões no Brasil num único espaço nacional.

Francisco de Oliveira (1987, 2003) identifica no Nordeste duas “regiões” que lutam constantemente para impor sua hegemonia sobre o restante do Nordeste, ou seja, sobre a outra “região” e as classes que a compõe. Um Nordeste “açucareiro”, que logo se tornará “açucareiro-têxtil”, e outro “pecuário-algodoeiro”.

Desde a conquista, conforme Oliveira (1987), vai se formando uma “região” no Nordeste cuja marca era a produção de açúcar sob variadas formas de produção, primordialmente “relações não-capitalistas de produção”¹⁶, que iam desde os atuais estados de Alagoas até o Rio Grande do Norte, passando por Pernambuco e Paraíba, aparecendo também, porém menos no Ceará e Piauí. À esta “região” Oliveira refere-se como “região açucareira”. O que unificava esta imensa região era o domínio do capital comercial do Recife (OLIVEIRA, 1987). Nesta “região” as relações de produção caminhavam para o assalariamento, criando o proletariado rural. Isto se deve a base técnica da produção açucareira.

Um tipo de produção como a do açúcar, pela complexidade de sua base técnica, que exigia *a passagem necessária para formas de trabalho cooperativo, e manufatureiro* em seguida, e pela sua competição com o açúcar de beterraba na própria Europa, continha em si o mesmo germe da produção de mercadorias, o germe do capitalismo; germe que foi levado pelo próprio capitalismo mercantil e pela sua evolução em direção a formas superiores da divisão social do trabalho (OLIVEIRA, 1987, p. 59-60, grifo no original).

No seio desta “região açucareira” vai surgindo uma pecuária “extrativa”, chamada assim pelo seu caráter rudimentar e extensivo (OLIVEIRA, 1987). Uma atividade residual, que se subordina ao capital mercantil açucareiro pernambucano. Desenvolve-se também, nas franjas da “região” do açúcar, uma economia semicamponesa, que além de produzir sua própria subsistência, produzirá também alimentos para a “região” do açúcar.

A monocultura exclusivista da cana-de-açúcar já havia começado, antes dessa decadência/subordinação, a dar lugar à formação, em suas franjas, de uma economia semicamponesa, voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios para a própria “região” açucareira. A lei de reprodução dessa economia semicamponesa era determinada basicamente pelas suas relações com a “região” açucareira, e seu mecanismo de reprodução baseava-se na produção de sua própria subsistência que era, na essência, parte dos fundos de acumulação da própria economia da “região” açucareira (OLIVEIRA, 1987, p. 46).

A área para onde a pecuária havia expandido, o semi-árido nordestino, tem um clima propício para a produção do algodão e logo estará convertida “num grande

¹⁶ O autor utiliza esta denominação que reproduzimos aqui com vistas expor sua interpretação tal como a elaborou. A crítica a esta compreensão é objeto do capítulo seguinte.

algodoal”, que estabelece um novo Nordeste “algodoeiro-pecuário”. Neste Nordeste se fará presente a estrutura latifúndio-minifúndio em que “a rapina internacional encontra terreno propício à constituição de um estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, meeiros, posseiros” (OLIVEIRA, 1987, p. 47).

Isto ocorre num período em que se cria outra “região” açucareira na economia mundial: as Antilhas. A produção de açúcar nas Antilhas se dá com grande pujança, quebra o monopólio luso e reduz os preços do açúcar, em prejuízo da “região” açucareira do Nordeste brasileiro¹⁷. Por isso mesmo, para Oliveira (1987), ao longo do século XVIII as velhas classes dominantes vão perdendo sua hegemonia nacional, e sobre o Nordeste, enquanto a burguesia cafeeira do Centro-Sul ascendia politicamente.

A oposição entre burguesia do açúcar e oligarquia do algodão-pecuária vai se acirrando dentro do Nordeste. Ainda segundo Oliveira (1987), tal oposição tinha sua base material nos diferentes tipos de realização dos valores de uso em que se encerravam os capitais destas regiões. O açúcar, após a criação das Antilhas como região produtora desta mercadoria, terá sua realização interna; o algodão, externa – e uma demanda crescente devido à revolução industrial¹⁸, essencialmente têxtil neste período. O caráter da realização do mais-valor será essencial para a análise de Francisco de Oliveira. O fato de que a política cambial que garantia a reprodução ampliada do café – setor que dirigia então o Estado brasileiro – era a mesma que garantia a reprodução do capital algodão-pecuário, será decisivo para a hegemonia deste último no Nordeste como um todo.

O mesmo mecanismo e a mesma política viabilizam a expansão da “região” do café e da “região” algodoeira-pecuária; se ao nível das estruturas internas de produção de cada uma das “regiões” no entanto, existem e começam a aprofundar-se importantes diferenciações, a subordinação de ambas à circulação internacional de mercadorias, as homogeneiza (OLIVEIRA, 1987, P. 49).

¹⁷ Francisco de Oliveira não indica aqui um período preciso, porém, pode-se inferir que falava do século XVIII, pois é período em que “os concorrentes do Brasil na produção do açúcar, em particular as Índias Ocidentais, começam a ganhar terreno sobre ele” (PRADO JUNIOR, 1981).

¹⁸“O comércio de exportação [de manufatura algodoeira] foi de 14.000 libras em 1739; em 1759, aumentava quase oito vezes; em 1779, era de 303.000 libras” (WILLIAMS, 1975, p 75-76). “Em 1764, as importações britânicas de algodão em rama montaram a quase quatro milhões de libras [...]. Em 1780, a Grã-Bretanha importou mais de seis milhões e meio de libras” (WILLIAMS, 1975, p.79-80).

A complementaridade do ponto de vista da realização da mercadoria será o determinante para que o Estado no Nordeste seja capturado pelas oligarquias do algodão e pecuária, e até coincidirá com estas (OLIVEIRA, 1987), sob a forma do Departamento Nacional de Obras contras as Secas (DNOCS)¹⁹. “O fato de nunca ter realizado nenhuma obra *fora* do Nordeste, é o resultado de sua captura pela oligarquia regional”, “foi capturado por esse ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num mecanismo de reforço o Estado *era* esse ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário” (OLIVEIRA, 1987, p. 51 e 53, grifos do original). Este Nordeste algodoeiro terá como centro o Ceará, onde – não acidentalmente – ficará a sede do DNOCS.

A proclamação da independência trás mudanças para a “região açucareira”. Francisco de Oliveira (1987, 1977) observa agora a possibilidade, pelo fim do monopólio comercial com a Coroa Portuguesa, de que ocorra uma acumulação interna de capital, já que parte do excedente econômico permanece em solo pátrio. Excedente “cuja reiteração produzirá exatamente a burguesia como classe social” (OLIVEIRA, 1987, p.59).

Ainda conforme Oliveira (1987), a passagem ao capitalismo industrial, em escala internacional, ao criar uma divisão internacional do trabalho exige que capital penetre nas relações de produção, dando início assim a um crescimento do assalariamento neste Nordeste. “A produção do açúcar exigia investimentos, inversão e reinversão de capital, aumento de produtividade, enfim uma forma de reposição dos pressupostos da produção, que continha em si mesma a circularidade própria de reprodução do capital” (OLIVEIRA, 1987, p. 60). Passa então a desenvolver-se uma indústria têxtil que “substituía’ [...] as importações de tecidos e panos para as próprias populações escravas, além de abastecer o **débil mercado urbano formado pelas classes não-proprietárias**” (OLIVEIRA, 1987, p. 61, grifos nossos). No entanto, o que faz com que o mercado das classes não-proprietárias seja um “*débil* mercado”? Por que o mercado é “*débil*”? Voltemos ao caminho de Francisco de Oliveira, para que possa nos responder estas perguntas.

O autor sustenta que

¹⁹ O DNOCS foi criado somente em 1909.

as relações entre o setor açucareiro e o têxtil são por demais conhecidas; não apenas uma interdependência técnica e de demanda – tecidos para a população trabalhadora e sacos de anagem para o ensacamento do açúcar – alimentavam essas relações. A origem do capital confundia-se na maior parte dos casos nos mesmos trocos familiares, e neste caso eram uma só *persona* do capital (OLIVEIRA, 1987, p. 62, grifo no original).

Estes dois setores têm ainda em comum o fato de que suas mercadorias se realizam internamente (OLIVEIRA, 1987).

Tanto a “região” do café quanto do açúcar-têxtil tem bases capitalistas, no entanto *se diferenciam no que tange a realização* de seu capital-mercadoria.

Um importante fator dá conta da dissimilitude das curvas de crescimento de ambas as economias burguesas: é o caráter da realização da mais-valia. Enquanto o valor da “região” do café realizava-se externamente, daí a sua dependência do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano começar a imprimir sua marca às formas de repartição do excedente social do seu produto, o valor da “região” do açúcar-têxtil realizava-se internamente. (OLIVEIRA, 1987, p. 62)

Esta diferença será essencial para o autor em vários momentos de sua análise. Parece-nos de suma importância a preocupação de Francisco de Oliveira (1987) com a realização do capital e das condições para tal. No entanto, o autor parece se satisfazer com esta determinação externa/interna, quando deveria perguntar-se uma vez mais: quem consumirá *internamente* esta mercadoria? Ainda mais diante de um “débil mercado urbano”. Adiantamos que as críticas a Oliveira serão expostas de forma mais articulada e sistematizada no capítulo seguinte.

Para Francisco de Oliveira, os trabalhadores destes Nordeste não são ainda proletariado, já que “eles ainda não estão completamente expropriados dos meios e instrumentos de produção; o que se lhes expropria é o produto, não sua força de trabalho” (OLIVEIRA, 1987, p. 50). Justamente por isso, conforme Oliveira (1987), *não precisarão comprar no mercado todos os artigos que necessitam* para reproduzir sua vida, *nem tampouco vender nele sua força de trabalho*, mas o produto de seu trabalho. A constituição de um semicampesinato se completa com o semiproletariado. Assim, ambos os Nordeste compartilhavam esta força de trabalho, “uma mão de obra que, pelas flutuações internacionais da economia algodoeira-pecuária, converteu-se parcialmente em força de trabalho disponível nas entressafras para alugar-se na produção da cana” (OLIVEIRA, 1987, p. 64). Desta forma, sugere Oliveira (1987), a economia “semi-burguesa” do açúcar-têxtil pode se utilizar de formas

“não-capitalistas” – formas de expansão e apropriação do trabalho não-pago como o “cambão” – para se proteger das variações cíclicas, mas que lhe condenaram à inanição.

Se retomarmos a questão anterior, do “débil mercado”, e a questão da força de trabalho enquanto mercadoria, tal qual a expõe o autor, compreendemos que Oliveira (1987) enxergava a debilidade do mercado interno do Nordeste nas relações de produção que chama “não-capitalistas”. Com base nesta consideração só se pode propor, enquanto solução aos problemas regionais do Nordeste, mais desenvolvimento capitalista e expansão das relações capitalistas de produção. Ademais, o autor faz a suposição de que as relações capitalistas de produção são homogêneas (elemento que recebera o devido tratamento no capítulo seguinte).

Após completar o quadro das “regiões” no Nordeste e expor os problemas da não-venda da força de trabalho, o autor passa a analisar a “região” do Centro-Sul e sua expansão que terminaria por destruir as outras “regiões”.

3.2.2 A expansão do Centro-Sul – A “integração nacional”

O desenvolvimento de outra “região” virá a alterar o destino nacional e, por conseguinte, o Nordeste. Apesar desta região não ser trabalhada tão profundamente por Oliveira (1987), é possível notar que o autor também a divide em diferentes “regiões”, como “região do café”, “região da indústria”, “sul não-cafeicultor”, etc. O fato relevante desta região, para Oliveira, é que

o desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, no ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. (OLIVEIRA, 1987, p. 74, grifos no original).

O processo em causa é o da substituição de uma economia nacional *formada por varias economias regionais* para uma economia nacional *localizada em diversas partes do território nacional* [...] A diferença é fundamental em relação à situação anterior, em que as *ligações externas, para fora do País*, determinam a localização das atividades, sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional. (OLIVEIRA, 1977, p. 55, grifos do original)

Segundo Oliveira, o desenvolvimento desta indústria dá uma força muito maior àqueles setores que realizavam internamente o valor, o que, somado a crise internacional e crise de superprodução da economia cafeeira, possibilita a estes setores,

por meio da Revolução de 1930, impor uma política econômica que favoreça a realização de seu capital.

Que ela [Revolução de 1930] tenha partido e se viabilizado pela ruptura do pacto oligárquico, exatamente tendo como centros deflagradores e seus agentes principais as oligarquias da “região” Extremo-Sul – Rio Grande do Sul -, de Minas Gerais, uma periferia da “região” do café, e de oligarquias de Estados como a Paraíba e Pernambuco, indica apenas que os interesses econômicos dessas regiões e sua expansão viam-se sistematicamente cortados pela política econômica do café, cujo valor se realizava externamente, em contraposição à produção de valor das outras “regiões”, cuja realização era de caráter interno. (OLIVEIRA, 1987, p. 73)

Para Oliveira, a marca da Revolução de 1930 nesta questão será impulsionar a “integração nacional”, por meio de diversos mecanismos que terão como objetivo principal realizar a “superação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005), possibilitando a realização das mercadorias do Centro-Sul nas outras regiões. Dentre os mecanismos estabelecidos, se destacam a construção de estradas e a quebra das barreiras tarifárias no comércio intra-regional (OLIVEIRA, 1987, 1977).

A expansão do Centro-Sul sobre o Nordeste, para Oliveira, inicialmente se dá na segunda fase da circulação, quando “a hegemonia do Centro-Sul sobre a burguesia industrial do Nordeste começa a ocorrer exatamente pela troca de mercadorias, pela invasão de mercadorias produzidas no Centro-Sul” (1987, p. 65). No entanto, o autor não descreve porque os capitais do Centro-Sul precisavam vender suas mercadorias no Nordeste. A pergunta realizada pelo leitor de Chico de Oliveira é, então, por que a acumulação de capital pode seguir a passos largos no Centro-Sul enquanto se encontra “embotada” no Nordeste “açúcar-têxtil”, se ambos realizam internamente seu mais-valor?

Deixemos que Francisco de Oliveira nos explique seu ponto de vista:

Essa produtividade percola por toda a estrutura da produção apenas e quando a própria força de trabalho, como mercadoria na sua plenitude, consome outras mercadorias. É esse o segredo dialético do rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, sem que se altere a chamada distribuição funcional da renda capital e trabalho. É nesse sentido que é permissível dizer que, entre “regiões”, uma produtividade do trabalho mais alta numa delas converte-se numa espécie de novo equivalente geral, o qual, por suas determinações quantitativas, antecipa o capital-dinheiro pressuposto os resultados no produto, ou seja, a taxa de mais-valia e a taxa de lucros.

[...] Enquanto ocorre no Centro-Sul o aprofundamento da força de trabalho como mercadoria, no Nordeste açucareiro-têxtil essa nova circularidade vê-se embotada pelo fato de que a forma do capital ali predominante acha-se empatada pelas formas não-capitalistas de reprodução da própria força de trabalho (OLIVEIRA, 1987, p.65).

Segundo o autor, **a diferença se encontra nas relações de produção**, no fato de que a força de trabalho no Nordeste não se vende, mas vende o produto do seu trabalho, e que a força de trabalho do Centro-Sul se vende, e precisa comprar outras mercadorias para reproduzir sua vida. A causa do nanismo da indústria nordestina é, para Oliveira (1987, 1977), a existência de relações “não-capitalistas”, que impedem a conversão da força de trabalho em equivalente geral, ou seja, sua monetização, sua venda.

A hegemonia destes setores, liderados pela indústria paulista, se manifesta em políticas que viabilizem a “crescente realização interna do valor”. É neste marco que avança a regulação do trabalho, dando potência a acumulação. O autor enxerga, portanto, o salário mínimo como motor da acumulação do Brasil do Centro-Sul em contraposição a um limitante da acumulação no Brasil do Nordeste. A causa é clara. A produção sob relações capitalistas necessita de mercados crescentes, ao passo que no Nordeste semicapitalista, porque “semicomponês” e “semiproletário”, sua reprodução depende da expropriação de trabalho não-pago sob formas não capitalistas, ou seja, depende da diminuição do consumo destes trabalhadores (OLIVEIRA, 1987).

Seguindo seu raciocínio, Oliveira (1987) afirma ser necessária a imbricação de uma nova hegemonia para que as mercadorias do Centro-Sul pudessem furar o bloqueio das classes dominantes do Nordeste, já que a superioridade da produtividade do trabalho não se impõe automaticamente. O Estado será mecanismo central na constituição desta nova hegemonia, que apenas começa a se desenvolver. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, pelo governo federal será a primeira tentativa da burguesia do Centro-Sul de construir sua hegemonia no Nordeste e será, portanto, o primeiro mecanismo de transferência de valor construído, através do Estado, pela burguesia centro-sulista.

O estabelecimento de preços mínimos e quotas, que garantiam a reprodução do capital no Nordeste, possibilitavam grande acumulação para a burguesia do Centro-Sul, dada sua maior produtividade na agricultura (OLIVEIRA, 1987). Os diferenciais de produtividade, segundo o autor, não eram muito grandes na indústria, mas no plantio da cana, onde as vantagens das relações capitalistas eram presentes, dentre as quais se

destaca a elevação da produtividade mediante constante investimento em capital fixo realizado pela burguesia paulista.

A questão residia, uma vez mais, no **caráter “arcaico” que a economia do “Nordeste” açucareiro** tinha incorporado, principalmente no seu setor de produção de cana, onde a existência de um semiproletariado havia sido condição de defesa anticíclica de caráter anticapitalista (OLIVEIRA, 1987, p. 69, grifo nosso).

O IAA “se havia revelado como um eficaz mecanismo para a defesa para a não-desaparição da economia açucareira do Nordeste, revelava-se ineficaz como mecanismo para a expansão” (OLIVEIRA, 1987, p. 69), que termina por concentrar a produção sucroalcooleira no Centro-Sul.

Mas porque o Estado precisa subsidiar a produção de açúcar? Se o preço mundial do açúcar estivesse alto, haveria necessidade de estabelecer uma política de preços mínimos? Não. Ou seja, o preço do açúcar era determinado no mercado mundial e isso determinava, em última instância, a política do IAA. Este fato passa ao largo da análise de Oliveira.

Nesta divisão regional do trabalho compete ao Nordeste a função de reserva da força de trabalho e também de capital (OLIVEIRA, 1987). Assim, observa Oliveira (1987), as migrações nordestinas para o Sudeste desempenham papel central na manutenção dos baixos salários nesta região. Também os capitais originados do Nordeste, por não poderem ser empregados na região de origem, devido à estagnação da região em decorrência de sua incapacidade de competir com a capacidade produtiva do Centro-Sul, serão direcionados para a acumulação no Centro-Sul.

Operam-se mudanças também na política econômica, principalmente “favorecendo sistematicamente uma taxa de câmbio subestimada, ao mesmo tempo que elevava *nacionalmente* as taxas alfandegárias” (OLIVEIRA, 1987, p. 37, grifos no original) visando favorecer o consumo de produtos produzido nacionalmente. Estas medidas protetivas da indústria nacional, pelas desigualdades regionais que a marcavam, criaram “um mecanismo de triangulação das trocas de mercadorias Nordeste-Exterior-Centro-Sul-Nordeste” que favoreciam as indústrias com maior produtividade, presentes no Centro-Sul, “que deprimia a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, inviabilizando ainda mais a reprodução do capital na região nordestina” (OLIVEIRA, 1987, p. 37).

Incapacitadas de disputar o mercado em razão de seu atraso tecnológico relativo, as indústrias do Nordeste não se expandem nem se renovam, o que acaba produzindo novas perdas de poder de competição, incremento da perda de mercado, e assim por diante, até criar situações de verdadeiro desemprego de recursos. Como corolário, produz-se um fluxo de capitais da região mais pobre para a região mais rica, **consequência e não causa do processo já descrito**. (OLIVEIRA, 1977, p. 57, grifo nosso)

Na tese de Francisco de Oliveira (1987), a partir desta nova divisão regional do trabalho nacional, dirigida pela indústria paulista, forjam-se novos interesses de classes, e novas contradições de classe. De um lado os interesses daqueles capitais cuja realização se faz internamente, agora hegemônicos, de outro as oligarquias que realizam seu capital externamente. Para Oliveira (1987) o capital industrial convive com as oligarquias subordinando-as. No entanto, sem negar que hajam contradições entre estas duas classes, mesmo que estas contradições não levem a destruição de uma delas porque as divisas necessárias às importações eram oriundas das exportações agrícolas.

A política econômica ditada pelos interesses da reprodução do capital indústria reduziu as formas de reprodução da economia agroexportadora [...], mas foi suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução, até mesmo porque as divisas necessárias a importação dos bens para a indústria continuavam a ser, sobretudo, advindas da realização externa do produto da economia agroexportadora. (OLIVEIRA, 1987, p. 83-84)

Sempre segundo Oliveira, mesmo que haja convivido com esta economia agroexportadora, o capital industrial o fez submetendo-a a sua hegemonia. Exigia daquela as transformações de suas relações de produção, afinal a reprodução do capital industrial se fazia em escala ampliada e necessitava de crescentes divisas e mercados consumidores; exigia, em suma, a capitalização do campo. Esta situação coloca às oligarquias duas opções: i) expandir as fronteiras de produção – levando-as até o Paraná e o Mato Grosso; ou ii) alterar as relações de produção – fazendo avançar o assalariamento no campo e também o fenômeno dos “boias-frias” (OLIVEIRA, 1987). A elevação da renda da terra em São Paulo exigirá a transformação das relações de produção neste estado e levará a antiga relação de produção, “colonato”, para outras regiões para onde avança a fronteira agrícola. (OLIVEIRA, 1987)

Aqui entra um elemento bastante peculiar da análise de Oliveira, sua análise sobre o Estado, que não será o foco de nossa análise, nem crítica, mas que merece ser trazido porque desempenha um importante papel na construção teórica do autor. O Estado no Centro-Sul neste período, sob direção burguesa, passa a assumir uma função

de produtor para criar as condições de acumulação de capital para a burguesia. Sua função é criar os valores de uso necessários para que se leve a cabo a industrialização (OLIVEIRA, 1987). No entanto, esta prática do Estado vai criar uma ambigüidade em relação às duas classes: para a burguesia, ainda que lhe garanta a reprodução ampliada de seu capital, o Estado também parece estar lhe tirando possibilidades de reprodução de seu capital, estando presente nos setores mais lucrativos; para parte do crescente proletariado urbano – aquele setor empregado pelo Estado – o Estado, mesmo garantidor da ordem burguesa, lhe possibilitará ganhos maiores devido ao fato de que o Estado não deve remunerar nenhum capital e não precisa ter lucro, podendo assim conceder mais benefícios a seus trabalhadores. Não havia, para as empresas estatais, uma contradição entre massa de salário e valores de uso concedidos a burguesia.

As empresas do Estado nessa fase são sobre tudo agentes da divisão técnica do trabalho; em outras palavras: mediante a captura de impostos o Estado, pelas suas empresas, realizava apenas a transformação material. O custo de produção dessa transformação não estaca diretamente determinado pela massa de salários pagos: sua determinação vinha de fora, da massa de impostos captados. É por essa razão que o Estado pode “beneficiar” mais os trabalhadores ligados às suas atividades, sem com isso afetar a “acumulação primitiva” que realizava e transferia para a burguesia industrial. (OLIVEIRA, 1987, p. 87-88)

O Estado estará no centro da contradição na sociedade do Centro-Sul e será esta a base material do “populismo”, em que este setor privilegiado da classe trabalhadora exercerá uma grande influência na consciência desta classe²⁰.

Não é paradoxal, portanto, que a luta de classes específica da sociedade do Centro-Sul tivesse o Estado como *centro da contradição*: nessas condições, ela não podia nunca tomar a forma clássica da luta de classes que opunha burguesia de um lado contra proletariado de outro, tendo o Estado apensar como mediador. (OLIVEIRA, 1987, p. 88, grifo no original)

Segundo Oliveira (1987, 2003), no(s) Nordeste(s) a presença do Estado “produtor” inexistente. Além da ausência do Estado como produtor direto, as intervenções estatais se davam de forma indireta pelo DNOCS, e por isso não constituirá a ambigüidade que marca o Estado no Centro-Sul. Nem o proletariado verá seus

²⁰ Para maior compreensão desta leitura do autor, além do já citado “*Elegia...*”, ver também *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2003.

interesses sob o Estado nem a burguesia verá a presença do Estado como contraditória a sua existência. Conforme Oliveira, isso fará com que o Estado no Nordeste não esteja no centro da contradição, estão ausentes do Nordeste os fundamentos do populismo. Haverá mais confrontação direta entre as classes e a aliança de classes que irá se formar é de tipo “anti-populista”.

[É] na ‘região’ atrasada, que os conflitos de classe tomam a feição mais próxima da que se tem chamado ‘clássica’; mas esse ‘classicismo’ é antes de tudo um *arcaísmo*, pois no capitalismo monopolista a presença do Estado muda as *formas* do conflito social (OLIVEIRA, 1987, p. 96).

Sobretudo a partir da década de 1950, a integração nacional agrava as tensões de classe no Nordeste. A expansão capitalista do Centro-Sul rebaixará o preço das mercadorias produzidas pelo semicampesinato que, para defender seu nível de vida, buscará aumentar a área de sua cultura de subsistência. Este campesinato vai se chocar com a estrutura fundiária que lhe impossibilitará manter seu nível de vida. E mais, o rebaixamento dos preços das mercadorias afetará também a renda dos fazendeiros, que elevam a renda da terra, realizam expulsões e elevam o sobre-trabalho nas suas diversas formas. Acirram-se os conflitos por terra no campo. (OLIVEIRA, 1987, p.92).

A transição para o capitalismo monopolista no Centro-Sul, que acompanha este processo, é marcada por o que o autor chama de “crescente realização interna do valor”.

A expansão capitalista nacional, tendo agora a indústria como centro motor da divisão social do trabalho, conheceu desde os anos trinta um largo período de crescimento, quase sem interrupções, até o final dos anos sessenta. Esse período caracterizou-se, precisamente, por repousar *numa crescente realização interna do valor gerado internamente* (OLIVEIRA, 1987, p. 100, grifos do original).

Nos anos 1950 houve uma diferenciação intersetorial no interior da expansão da indústria, segundo Francisco de Oliveira (1987), que requereu a presença do capital estrangeiro. Esta entrada do capital estrangeiro leva a economia brasileira para a competição oligopolista e enseja a *plenitude do modo de produção capitalista* (OLIVEIRA, 1987). A centralização de capital que acompanha este processo eleva a taxa de exploração, acirrando os conflitos de classe, e provoca transformações também no próprio interior da burguesia.

A “pura produção de mais-valia”, como gosta de dizer o autor, altera também o caráter do Estado. O Estado não pode mais operar uma produção não-capitalista porque precisa ele mesmo produzir mais-valor, mudando inclusive o caráter das estatais, que

passam a produzir mais-valor e o Estado começa a aparecer à classe trabalhadora como explorador. “O Estado se transformará também em produtor de mais-valor, daí a transformação operada nas próprias empresas do Estado, que passam de deficitárias a superavitárias: essa transformação não é de natureza contábil, como se pode pensar: ela é radical” (OLIVEIRA, 1987, p. 102). Cabe ao Estado agora não mais transformar uma parte da mais-valor em gastos improdutivos, senão que em gastos produtivos que criem mais mais-valor. Cai a base material do populismo. “A ‘débâcle’ do populismo não é outra coisa senão a dissolução da ambigüidade do Estado, determinada pelo movimento de centralização do capital” (OLIVEIRA, 1987, p. 103)

Agora muito mais fortalecida do que na primeira vez, a burguesia do Centro-Sul tenta impor novamente sua hegemonia no Nordeste, desta vez definitivamente. No entanto, não era a única classe que tentava impor sua hegemonia no Nordeste. As forças populares haviam avançado bastante politicamente, a ponto de o autor afirmar que “as forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito mais importante: estavam impondo sua hegemonia cultural” (OLIVEIRA, 1987, p. 1987). Assim, surge um novo Estado “produtor” no Nordeste – a SUDENE, criada em 1959 – onde uma ambigüidade de classe terá lugar. Esta oposição assumirá um nível de tensão que leva a que estes dois pólos disputem a “solução” da nova ambigüidade do Estado.

O antagonismo entre coligação das forças populares do Nordeste e a burguesia industrial do Centro-Sul, está caminhando para a total hegemonia nacional, vai centrar-se em primeiro lugar no próprio papel do Estado. A ascensão das forças populares no Nordeste [...] impedia no entanto dissolução da ambigüidade do Estado no sentido já indicado, e apontava para outra dissolução, noutra sentido, direcionado este pela pressão das forças populares e pelas suas reivindicações. (OLIVEIRA, 1987, p. 110)

Sob o risco de perder sua hegemonia em escala nacional a burguesia industrial decide cortar da própria carne.

A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao seu tacão, mas numa situação em que suas próprias bases, seu “populismo”, começavam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala

nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial regional (OLIVEIRA, 1987, p. 113)

A SUDENE será, assim, um mecanismo de concentração e centralização do capital, “será um mecanismo de destruição acelerada da economia ‘regional’ nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo” (OLIVEIRA, 1987, p. 113), ao possibilitar conversão de impostos do Nordeste em capital para a grande burguesia do Centro-Sul. A SUDENE, por fim, favorece acumulação capitalista porque possibilita uma “acumulação diferencial extraordinária” no Nordeste pelos capitais do Centro-Sul, devido a sua maior composição orgânica do capital e ao menor custo de reprodução da força de trabalho no Nordeste (OLIVERIA, 1987; 1977). É por isso que

se no Centro-Sul, na origem da expansão industrial dos anos trinta, **a aplicação dessas regulamentações funcionou de certo modo como alavanca do processo de acumulação**, no movimento de expansão oligopolística elas funcionam noutra direção, roubando à burguesia industrial do Centro-Sul uma oportunidade de acumulação diferencial; não é estranho a esse processo que, mesmo após 1964, e mesmo após o pleno êxito do mecanismo de transferência da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, na forma dos incentivos fiscais da SUDENE, **tenham persistido as diferenciações nos níveis do salário-mínimo**, por exemplo. (OLIVEIRA, 1987, p. 111, grifos nossos)

Este processo beneficia os capitais do Centro-Sul por sua maior composição orgânica e massa de valores. Convém explicar o funcionamento do principal instrumento da SUDENE utilizado para atrair investimentos no Nordeste: o 34/18²¹. O 34/18 era um mecanismo de crédito fiscal que possibilitava descontar o imposto de renda mediante investimento na área de atuação da Superintendência. Como bem observara Oliveira, uns tem mais a pagar, e logo a descontar, do que outros. “O mecanismo é, por definição, concentrador: embora todas as pessoas jurídicas do País possam fazer uso dele, é claro que ‘umas podem mais do que outras’” (OLIVEIRA, 1977, p. 59). O mecanismo lograva transformar o mais-valor capturado pelo Estado através de impostos em capital. Oliveira (1977, p. 64,65) demonstra que 24 das 100 maiores empresas nacionais utilizavam o mecanismo e que as maiores de cada setor estavam presentes no Nordeste utilizando-se o 34/18. Ainda a título de ilustração, em

²¹ O nome se refere ao número dos artigos do primeiro plano diretor da SUDENE e da lei que criara esta instituição, respectivamente, que estabelecem e regularizam o mecanismo de crédito fiscal.

1971, 67 empresas se apropriavam de 59,4% dos incentivos fiscais enquanto outras 459 empresas contentavam-se com 40,6% (OLIVEIRA, 1977, p. 71).

Em 1963, no seu segundo plano diretor, a SUDENE retira exigência de que o capital seja exclusivamente nacional para receber incentivos, abrindo caminho para aquilo que o autor chama de hegemonia da burguesia internacional-associada do Centro-Sul.

No entanto, o caráter de classe do Estado não se define enquanto o conflito de classes não se define. Para o autor, somente a partir do golpe de 1964, quando os coronéis e a burguesia açucareira que comandavam este Nordeste clamaram pelo auxílio da “burguesia internacional-associada” e do imperialismo para liquidar as forças populares, este conflito de classes se resolve e, portanto, o caráter do Estado se define (OLIVEIRA, 1987). Dois fatores serão decisivos, segundo Oliveira, para sua captura pela burguesia industrial do Centro-Sul: i) O mecanismo 34/18; e ii) intervenção imperialista contra as forças populares. Assim o autor conclui que somente com a “resolução” do conflito de classe no Centro-Sul, o golpe de 1964, é que se “resolve” o conflito de classe no Nordeste e a SUDENE toma seu caráter definitivo, burguês.

Somente a partir de então a economia do Nordeste está completamente integrada à economia nacional e “perde, pois, qualquer sentido falar de ‘economias regionais’.” (OLIVEIRA, 1987, p. 125). Junto com suas empresas, a burguesia internacional-associada leva para o Nordeste sua hegemonia. Assim, a concentração de capital tem como consequência política o fato de que a resolução dos problemas da classe trabalhadora do Nordeste une-se aos do restante do Brasil. “A resolução, desta vez sem aspas, das questões ligadas ao levantamento do nível de vida das classes trabalhadoras no Nordeste une-se, inapelavelmente, ao destino de toda a classe trabalhadora no Brasil” (OLIVEIRA, 1987, p. 132).

Deste modo, a expansão do capitalismo monopolista tende a fazer desaparecer as “regiões”, de modo que não haja diferença entre a reprodução do capital em todo o espaço nacional. A miséria dos Nordesteiros deixará de ser uma especificidade nordestina na medida em que as regiões se dissolvem no espaço nacional. E assim o autor pode declarar: “colocar os problemas do Nordeste como ‘regionais’, é agora, historicamente reacionário” (OLIVEIRA, 1987, p. 132).

4. A CRÍTICA À FRANCISCO DE OLIVEIRA

Os limites da compreensão de Oliveira (1977; 1987; 2003) acerca do desenvolvimento regional no Brasil são os limites de seu entendimento das especificidades do capitalismo dependente. O autor peca em não perceber, de forma sistemática e articulada, a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho e todas suas consequências para a reprodução do capital. Todos os equívocos constatados na interpretação de Oliveira derivam daí.

4.1 A INFLUÊNCIA DO CEBRAP

Já assinalamos que “*Elegia...*” foi consequência da entrada de Francisco de Oliveira no CEBRAP; esta não foi, contudo, a única consequência. Sua entrada no CEBRAP influenciará todo seu pensamento em direção às lideranças daquela instituição, dentre as quais se destacava o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esta influência, bem como da SUDENE, na elaboração teórica do autor em geral, e em “*Elegia...*” em específico, é confessa: “Acho que, realmente, os períodos da SUDENE e do CEBRAP são as minhas duas formações mais importantes. E, do ponto de vista do que faço hoje, o CEBRAP é onde eu me forjei.” (OLIVEIRA apud PERRUSO, 2013, p. 185) e também,

Chico: De fato, ali [no CEBRAP] eu dei uma virada e me afastei da CEPAL.

Flávio: Depois vem o texto de 1977, *Elegia para uma re(li)gião*. Nele, você realizou seu projeto de análise da experiência da SUDENE já com o instrumental do CEBRAP?

Chico: Sim, ali é um ajuste de contas com o meu passado cepalino. (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 606)

No prefácio a “*Elegia...*” o autor já assumia a influência do CEBRAP,

Encontrei no CEBRAP, instituição a qual pertenco desde 1970, o clima propício à metamorfose de minha reflexão sobre o Nordeste; aqui entre os companheiros dessa aventura intelectual, foi possível recuperar a dimensão da criação da SUDENE, a salvo tanto da crônica de um participante, quanto do infantilismo saudosista. [...] Sou o responsável pelo que aqui está escrito, o que é evidente; ao contrário do convencional, porém, estou certo de que **aquilo que escrevi deve muito aos meus companheiros do CEBRAP**. (OLIVEIRA, 1987, p. 18-19, grifos nossos)

Qual era este pensamento que começava a ser formado no CEBRAP, desde sua criação?

Ahora bien, de manera subrepticia, todo el esfuerzo de “Las desventuras...” [e do CEBRAP – TSB] se encauza en el sentido de **borrar las diferencias entre el capitalismo en los países avanzados y el capitalismo dependiente**, y asimilarlos a un solo proceso: el desarrollo capitalista en la periferia y en el centro. (MARINI, 2008c, p. 228, grifos nossos)

É precisamente este o erro de Oliveira, apagar a diferença entre capitalismo central e periférico. Faz isso ao ver no Nordeste as especificidades do capitalismo dependente chamando-as de relações “não-capitalistas” e , depois, destruindo estas especificidades mediante a “expansão do capitalismo monopolista do Centro-sul”.

Se a Teoria Marxista da Dependência teve o importante papel de demonstrar as leis específicas do funcionamento do capitalismo dependente e a dialética da dependência, os cebrapianos tiveram papel ímpar no isolamento político-intelectual da TMD. As contribuições do CEBRAP foram responsáveis pela deturpação da TMD para “melhor apresentá-la” ao público, e não foram quaisquer quadros da instituição que se ocuparam desta tarefa: Fernando Henrique Cardoso, Guido Mantega e Luiz Carlos Bresser-Pereira (PRADO, 2011). Todos agraciados posteriormente com o cargo de Ministro da Fazenda.

O CEBRAP fora um aparato ideológico “de esquerda” construído durante a ditadura, e pôde operar mesmo sob ela; uma de suas funções foi garantir uma transição à democracia livre dos perigos da TMD. Em sua *Memória*, Marini comenta o texto escrito por Cardoso e José Serra (outro autor que fora agraciado com ministérios) *Desventuras da Dialética da Dependência*,

O artigo [de Cardoso e Serra] tinha duas motivações. A primeira era o antigo desentendimento com Cardoso, que ele expusera em vários trabalhos, e que eu respondera parcialmente no posfácio à *Dialéctica de la dependencia* e no prefácio de 1974 a *Subdesarrollo y revolución*. A segunda era a clara preocupação dos autores com a anistia política que se aproximava e que poderia abrir-me espaço no Brasil. É, sem dúvida, a coisa mais grosseira que já se escreveu contra mim, o que me forçou -deixando de lado certa indiferença que sempre senti pela sorte dos meus escritos- a fazer uma réplica em forma. Tarefa, de resto, não muito difícil. (MARINI, 1991)²²

²² O texto foi consultado na internet e por isso não tem página.

Na mesma entrevista à Ridenti e Mendes, Oliveira explica o papel de Cardoso no CEBRAP:

Era o articulador político. O CEBRAP foi, em grande medida, obra dele. **Porque ninguém ia fazer um instituto daquele, em plena ditadura, se não tivesse cobertura.** Não sei muito bem da história, porque eles tinham segredos de estado que não revelavam. Muito da cobertura veio de Paulo Egídio Martins, que era governador de São Paulo. Velho udenista, ele garantiu, segundo contam, que o instituto não ia tentar fazer oposição, não era para isso. Calhou que, naqueles anos, havia uma liderança progressista na Fundação Ford (sic). [...] Fundação Ford dava o dinheiro. Mas, de fato, nunca interferiu na temática, até onde eu posso ter percebido. Havia coisas por baixo do pano. [...] **A ditadura sabia** (2012, p. 603, grifo nosso).

Passemos agora a crítica às teses de Oliveira.

4.2 OS LIMITES DA ELEGIA DE OLIVEIRA

O primeiro limite por nós encontrado na tese de Oliveira é o que chamamos de **artifício do fechamento**. Em entrevista, o autor afirma:

a economia do Nordeste **era muito autárquica**. Fora a relação do açúcar com mercados externos, a economia do Nordeste, em geral, **era muito autárquica**. Virava sobre ela mesma. Isso se refletia em todos os setores da vida. Você encontrará o melhor português falado no Maranhão. O melhor português falado no Brasil é do Maranhão. **Devido a quê? Ao isolamento.** Não é qualidade lingüística. Isso também a história faz. E assim era em todos os setores, da economia, sobretudo. Fora a relação com o mercado externo de açúcar, **a economia era muito autárquica**. Isso mudou. A SUDENE começa a ser um agente dessa mudança. [...]E houve uma progressiva integração do Nordeste ao circuito da economia brasileira, à forma de reprodução da economia brasileira (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 606-607, grifos nossos).

A construção de Oliveira da região **como um espaço fechado**²³ de dominação de determinada classe, ou de sua hegemonia, é bastante problemática. As regiões são

²³ Poder-se-ia dizer, em defesa de Francisco de Oliveira, que o “fechamento” com aspas não é sinônimo de isolamento. Duas evidências, no entanto, nos levam a acreditar que estas ideias eram no mínimo ambíguas para o autor - para não dizer que seriam sinônimas. A primeira delas, e mais importante, é que o autor só vê o Nordeste integrado a economia nacional após a dissolução deste enquanto “região”, ou seja, antes o Nordeste não estava integrado; estava, portanto, isolado. A segunda é a afirmativa pelo autor em entrevista, citada logo acima. A quantidade de vezes que as palavras **isolamento** e **autárquica** são utilizadas pelo autor são a expressão de que a distância entre o “fechamento” com aspas e o isolamento sem aspas não é tão grande. Como último elemento, poderíamos

produtos da expansão comercial dos povos europeus, como inclusive demonstra Oliveira (1987), e não podem ser consideradas em nenhum momento fechadas porque estão intimamente vinculadas com o mercado mundial. Sua vinculação com o mercado mundial é tal que, como demonstra – uma vez mais – o próprio Oliveira (1987), a determinação sobre quem domina a “fechada” região é externa.

Quando convém ao mercado mundial comprar açúcar do Nordeste brasileiro é a “burguesia do açúcar” quem domina o “fechado” Nordeste; quando lhe convém comprar algodão para suprir as fábricas têxteis de matéria prima necessária à sempre crescente produção industrial, é a “oligarquia do algodão-pecuária” quem domina a “região”. Como se pode ver não existe, em absoluto, fechamento do ponto de vista externo. O autor mesmo identifica na realização **externa** do valor o motivo pelo qual a oligarquia assume hegemonia depois da independência. A hegemonia das classes dominantes da região, por serem classes dominantes-dominadas, é uma hegemonia comprometida (BAMBIRRA, 2012).

Tabela 2 - Coeficiente de Exportação do Nordeste. 1948 a 1956

ESTIMATIVA DO COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO DO NORDESTE							
Anos	Renda a Preços Correntes	EXPORTAÇÕES			COEFICIENTES (*)		
		Exterior	Interior	Total	Exterior	Interior	Total
(em milhões de cruzeiros)				(em porcentagem)			
1948	25.523	3.699	4.069	7.768	14,5	15,9	30,4
1949	28.551	2.491	4.579	7.070	8,8	16,0	24,8
1950	33.799	3.295	5.349	8.644	9,8	15,8	25,6
1951	37.721	3.699	6.843	10.542	9,8	18,1	27,9
1952	42.220	2.143	6.687	8.830	5,1	15,8	20,9
1953	48.969	3.568	7.975	11.543	7,3	16,3	23,6
1954	62.410	7.188	10.804	17.992	11,5	17,3	28,8
1955	76.587	10.047	13.495	23.542	13,1	17,6	30,7
1956	102.000	7.831	19.845	27.676	7,6	19,5	27,1

(*) O coeficiente de exportação é a razão, expressa em porcentagem, do valor da exportação sobre a renda

Fonte: GTDN, 1967, p. 41.

citar ainda a ideia do autor de que, antes da “integração nacional”, a economia brasileira era um “arquipélago”. Esta ideia está presente em diversos textos de Oliveira e na referida entrevista.

De uma perspectiva interna, isto é, nacional, tampouco se pode afirmar que haja fechamento do Nordeste, ou mesmo do Centro-Sul, que afinal é outra “região” “fechada”. Como se pode observar no quadro (reproduzido acima) do documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*, de autoria de Celso Furtado, o coeficiente de exportações do Nordeste para o restante do país se já era de 15,9% em 1948 e se eleva até 19,5 em 1956. Este coeficiente representa a porcentagem da renda que compete às exportações. Em termos de valores o não fechamento do Nordeste fica ainda mais claro: as exportações totais quase quadruplicam influenciadas pelo desempenho das exportações para o restante do país, que quase quintuplicam (em valores correntes).

Por fim, do ponto de vista interno à região não há fechamento nenhum. A região Nordeste é composta de duas “regiões” que, para Oliveira (1987, p. 46), compartilham a força de trabalho e vendem entre si mercadorias, seja o açúcar para a região algodoeira, seja o gado para a região açucareira. A única exceção é o algodão nordestino que não será utilizado pela indústria têxtil da mesma região. Tal como Oliveira a propõe, a “região” Nordeste já não existia muito antes da criação da SUDENE.

A tendência à destruição das “regiões” no capitalismo, tese central do autor no que tange o desenvolvimento regional, é, em nossa análise, uma tese equivocada e seu segundo limite. Segundo Oliveira, haveria uma “tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e suas formas”²⁴, ainda que “tal tendência quase nunca chegue a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado” (1987,

²⁴ Há que fazer uma precisão sobre a utilização deste termo por parte de nosso autor: é homogeneização das condições de reprodução do capital, isto é, homogeneização das relações de produção que o capital subsume a si. Pois bem, se as disparidades entre as “regiões” tinham sua origem nas diferentes relações de produção utilizadas pelo capital para sua reprodução, a homogeneização destas relações em todo o território brasileiro deveria homogeneizar também o espaço nacional, torná-lo mais igual. Influi ainda sobre nossa interpretação o trecho em que o autor afirma que “a saída para o Nordeste é uma operação que tem como objetivo manter elevadas as taxas de lucro; quando o espaço for homogeneizado, evidentemente reduzem-se as possibilidades de continuar a mesma estratégia” (OLIVEIRA, 1977, p. 74). Por isso acreditamos que a tese de Oliveira da homogeneização das relações de produção leva, dentro de sua lógica interna, a compreensão de que desapareceriam as desigualdades regionais, tornando o espaço nacional homogêneo.

p. 27). O autor mesmo afirma que essa “tendência” quase nunca ocorre, e depois declara a sua ocorrência no Brasil.

Incorre, para tanto, em dois erros: i) vê no Nordeste a existência de relações não-capitalistas (ou até semi-capitalistas), que seriam suprimidas mediante expansão das relações capitalistas do Centro-Sul; e ii) supõe que as relações capitalistas sejam homogêneas, que levariam à homogeneização do espaço nacional.

Insistimos acima que Oliveira percebe a produção nordestina de açúcar ou algodão como reflexo da expansão capitalista mundial. Isto, no entanto, não impede esse autor de afirmar a existência de formas de trabalho “não-capitalistas” no Nordeste, desde a colônia até a década de 60 do século XX. Porém, as relações “não-capitalistas” como “cambão” e a “folha” existiam no Brasil antes da conquista portuguesa? Não. Estas relações não eram praticadas pelos povos originários, são produtos da expansão capitalista, invenções da sociedade burguesa (ainda que em seus primeiros passos). Assim, desde um ponto de vista histórico é incorreto concebê-las como “não-capitalistas”.

Mas então existem relações capitalistas diferentes do assalariamento? Vejamos o ponto de vista de Marx. Já há relação capitalista (ainda que sem seu pleno desenvolvimento) quando “o capital subsume em si determinado processo de trabalho existente, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma” (MARX, 198-, p. 89)²⁵. É dizer, “o *processo de trabalho*, do ponto de vista *tecnológico*, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho *subordinado* ao capital” (MARX, 198-, p. 94-95, cursivas no original). Ainda que Marx esteja aqui preocupado com a relação do capitalismo com modos de produção diferentes ou mesmo reminiscências de modos de produção anteriores na Europa, esta passagem nos demonstra a existência de relações diferentes do assalariamento subordinadas ao capital.

O processo de produção converteu-se no processo do próprio capital, um processo que se desenvolve com os fatores do processo de trabalho em que se transformou o dinheiro do capitalista e que se efetua, **sob a direção deste último, com o fim de obter mais dinheiro do dinheiro** (MARX, 198-, p. 88, grifo nosso)

²⁵ A referência ao *Capítulo VI inédito de O Capital* se faz “198-” por não ser possível identificar o ano de publicação do livro.

Já quando opera a subsunção formal do trabalho no capital, o objetivo do “cambão” é valorizar o valor, não o uso do produto do trabalho. O povo nordestino não produzia cana para adoçar sua vida, mas sim porque o capital visava sua venda no mercado mundial. Como produzia objetivando seu valor de troca e não o valor de uso, conclui-se que estas produções já eram capitalistas. Os processos de trabalho já estavam subsumidos no capital. Oliveira parece haver esquecido que a subsunção formal do trabalho no capital, ainda que seja formal, é subsunção no capital.

Sobre isso outra passagem do *capítulo VI inédito* parece esclarecedora (ainda que no caso do Nordeste não se trate de processos de trabalho oriundos de modos de produção anteriores):

Denomino subsunção formal do trabalho no capital à forma que se funda na mais-valia absoluta, pois só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (producer) atua como empregador de si mesmo (self-employing), seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem (MARX, 198-, p. 94).

Diante desta compreensão, a reprodução ampliada das relações capitalistas de produção não irá erradicar as pretensas “relações não-capitalistas”. Afinal, “a produção capitalista é produção de mais-valia e, nessa qualidade (na acumulação), é ao mesmo tempo produção de capital e reprodução da totalidade da relação capitalista numa escala cada vez mais extensa (alargada)” (MARX, 198-, p. 139). Logo, o “cambão”, a “folha” e outras formas de trabalho, sendo relações capitalistas, irão se reproduzir ampliadamente junto com o capital. Assim compreendemos a expansão destas relações pelos diversos estados do Nordeste. A reprodução das relações capitalistas de produção não tende, assim, a suprimir o “cambão” e a “folha”; sua generalização pelo território nordestino é fruto desta expansão.

No entanto, há outra forma de subsunção do trabalho no capital: a real. Nela tem-se uma modificação real no processo de trabalho devido ao desenvolvimento das forças produtivas, crescente incorporação da ciência no processo produtivo, etc. “Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário” (MARX, 198-, p. 104-5). A subsunção real do trabalho ao capital é a forma mais adequada à produção capitalista, haja vista que possibilita a produção do mais-valor relativo devido à revolução que impõe às forças produtivas do trabalho. Isso ocorre porque, na medida em que o capital se desenvolve,

torna mais radical a separação entre trabalhadores e meios de produção e cada vez mais imperativo que o trabalhador compre os meios necessários para reproduzir sua vida. O avanço da produção industrial de todo produto social permite o rebaixamento do valor das mercadorias que compõe o valor da força de trabalho e, portanto, do mais-valor relativo.

Por isso, Oliveira (1987, 2003) acredita que esta forma de subsunção do trabalho ao capital tornar-se-á exclusiva no capitalismo, suprimindo sua versão formal. Esquece-se que “o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado” (OLIVEIRA, 1987, p. 27), que existe uma unidade entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo, e que um não pode deixar de existir sem que o outro também desapareça.

Ainda que a subsunção real ganhe crescentemente importância relativa no capitalismo brasileiro, não o faz de forma homogênea. Conforme esta avança, possibilita também o avanço da subsunção formal.

As duas formas da mais-valia, a absoluta e a relativa [...] correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora **a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira no novos ramos da produção** (MARX, 198-, p. 93, grifo nosso).

Um segundo elemento, ainda sobre a suposta tendência ao desaparecimento das regiões, é que mesmo que o assalariamento fosse a única relação de produção em todo território nacional, isto não eliminaria de modo algum as diferenças regionais. Nunca, sob relações capitalistas de produção, poderíamos falar em “homogeneização do espaço nacional”. As razões para tal já foram trazidas no capítulo 2, mas merecem ser retomadas para melhor exposição de nossa crítica.

No capitalismo desenvolvem-se capitais com diferentes composições orgânicas. Destas diferentes composições orgânicas resultam mercadorias com distintos valores individuais. Quando levadas ao mercado para se transmutarem em dinheiro, desaparecem as especificidades destas mercadorias e estas se vendem pelo valor médio (isto sim é homogeneizado pelo capital). Quando mercadorias com distintos valores individuais se trocam por valores iguais de dinheiro ocorre uma *troca desigual*, que favorece alguns capitais em detrimento de outros. Os capitais com mais elevada composição orgânica se favorecem da troca desigual.

Além da desigualdade entre capitais existe também uma desigualdade entre os salários. A maior parte dos salários se definem pelo valor da capacidade de trabalho simples – aquela que realiza trabalhos não-qualificados –, porém o pagamento do salário varia conforme as distintas capacidades de trabalho. A existência de trabalhadores com capacidade de trabalho superior à média cria uma diversidade de salários.

O valor superior desta capacidade de trabalho deve-lhe ser pago a ele e exprime-se num salário mais elevado. Produzem-se por conseguinte grandes diferenças de salários, conforme este ou aquele trabalho requeiram ou não uma capacidade de trabalho mais desenvolvida que exige maiores custos de produção (MARX, 198-, p. 101).

Observamos a existência de uma crescente desigualdade entre capital e trabalho, entre os próprios capitais e também entre os trabalhadores. Como, desde o ponto de vista da totalidade, se pode esperar uma diminuição das desigualdades do espaço nacional, resultando em sua homogeneização? Se a totalidade social caminha no sentido da exacerbação das desigualdades, por que esperar que um de seus aspectos (que como tal deve expressá-la), o espacial, deva seguir em outro sentido?

Ocorre que o espaço não é somente reflexo, produto deste processo, mas também influi sobre ele (SANTOS, 2006). Como bem observa Milton Santos, a totalidade e a essência precisam de formas sociais para que possam existir concretamente. Logo, os capitais mais produtivos tendem a concentrar-se numa região que, por isso mesmo, se torna dominante. Este fato levou Milton Santos a afirmar a existência de uma produtividade espacial, demonstrando que a localização do capital traz consequências para sua reprodução, taxa de lucro, etc.

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer (SANTOS, 2006, p. 166).

Chegamos, deste modo, à terceira limitação de Oliveira: **não perceber as consequências da transferência de valor**. Já demonstramos (Cap. 2.2) que o autor percebe a transferência de valor, mas não a sistematiza enquanto tal, não percebe suas consequências práticas e teóricas para a acumulação de capital no Nordeste ou no Centro-Sul. A transferência de valor se mostra assim um fator cumulativo que, como bem percebeu Gunder Frank (1969, 1978), tende a desenvolver a metrópole e

subdesenvolver o satélite. Oliveira (1987, p. 57) identifica a transferência de valor como uma consequência da estagnação nordestina, porém não como causa desta.

O relatório preparado pelo GTDN, documento que serviu de base ao surgimento da SUDENE, já demonstra que, antes mesmo da instalação da SUDENE, ocorriam transferências de valor em direção a outras regiões do país: no período de 1948 a 1956 “o Nordeste não utilizou em sua totalidade as divisas geradas pela exportação. Cerca de 40 por cento dessas divisas foram transferidas para outras regiões do país” (1967, p. 23). E Andre G. Frank (1978) demonstra a ocorrência deste fenômeno ao longo de todo desenvolvimento do capitalismo brasileiro até a década de 1960, quando escreve o livro.

Assim, Oliveira (1977, 1987) observa a SUDENE como um mecanismo de transferência de impostos – uma forma que assume o mais-valor – do Nordeste para o Centro-Sul; através de seu mecanismo de crédito fiscal, o 34/18, as empresas do Centro-Sul, e mesmo estrangeiras, se instalam no Nordeste. E o que farão estas empresas forâneas quando reproduzirem ampliadamente seu capital? Irão reinvesti-lo no Nordeste? Não é o que identifica Paul Singer (1978, p. 132):

Verifica-se, deste modo, uma incipiente industrialização do Nordeste (e talvez, no futuro, do Norte), sendo a propriedade das novas empresas detida pelos capitalistas de São Paulo e de outras áreas de industrialização mais antiga. Quando as novas indústrias se tornaram lucrativas, o excedente gerado por elas tenderá a fluir para São Paulo, reforçando a acumulação nesta área.

A própria burguesia, ao tomar suas decisões buscando maximizar sua taxa de lucro, nos demonstra que ainda permanecem diferenciações na reprodução do capital no espaço nacional: em 2012, das 57 fábricas automotivas instaladas pelo país por membros da ANFAVEA, nada menos do que 30 delas se encontram na região Sudeste (22 das quais no estado de São Paulo), 21 na região Sul e somente 6 nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (3, 2 e 1, respectivamente). A região Sudeste concentra mais de metade das unidades fabris do ramo no Brasil, e só o estado de São Paulo 38%. Se tomarmos o Centro-Sul como região, 89% das unidades se encontram nesta parte do país (ANFAVEA, 2013). O espaço nacional não se encontra, sob nenhum aspecto, homogeneizado.

Tabela 3 – % Valor Adicionado Industrial por Região

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total	Centro-Sul
1959	0,77%	1,70%	8,32%	12,34%	76,87%	100,00%	89,21%
1960	0,74%	1,89%	8,03%	11,86%	77,47%	100,00%	89,34%
1961	0,70%	1,96%	7,49%	11,41%	78,44%	100,00%	89,85%
1962	0,63%	1,85%	6,69%	11,49%	79,35%	100,00%	90,84%
1963	0,65%	1,53%	6,99%	11,19%	79,64%	100,00%	90,83%
1964	0,68%	1,40%	7,47%	10,87%	79,57%	100,00%	90,45%
1965	0,82%	1,56%	7,71%	11,12%	78,80%	100,00%	89,92%
1966	0,69%	1,62%	6,67%	10,99%	80,03%	100,00%	91,02%
1967	0,79%	1,34%	6,44%	10,83%	80,60%	100,00%	91,43%
1968	0,65%	1,43%	6,35%	10,74%	80,83%	100,00%	91,57%
1969	0,78%	1,38%	6,24%	11,32%	80,28%	100,00%	91,61%
1970	0,89%	1,07%	7,01%	11,95%	79,09%	100,00%	91,04%
1975	1,13%	1,32%	7,46%	14,82%	75,27%	100,00%	90,09%
1980	2,19%	3,22%	9,33%	16,23%	69,04%	100,00%	85,26%
1985	2,09%	3,42%	11,90%	15,15%	67,45%	100,00%	82,60%
1986	2,49%	4,11%	12,16%	15,48%	65,76%	100,00%	81,25%
1987	2,02%	4,03%	10,40%	15,96%	67,59%	100,00%	83,55%
1988	2,15%	3,95%	9,89%	17,06%	66,95%	100,00%	84,01%
1989	1,97%	4,11%	9,69%	18,61%	65,61%	100,00%	84,22%
1990	2,20%	4,10%	10,46%	19,11%	64,13%	100,00%	83,24%
1991	2,39%	4,02%	11,09%	19,21%	63,29%	100,00%	82,50%
1992	2,47%	3,76%	10,72%	19,69%	63,36%	100,00%	83,04%
1993	2,52%	4,57%	10,87%	19,97%	62,07%	100,00%	82,04%
1994	2,98%	4,53%	10,94%	20,06%	61,49%	100,00%	81,55%
1995	3,06%	4,64%	10,94%	19,08%	62,29%	100,00%	81,36%
1996	3,10%	4,64%	10,99%	18,98%	62,30%	100,00%	81,28%
1997	3,21%	4,13%	11,75%	18,90%	62,01%	100,00%	80,91%
1998	3,41%	4,44%	12,29%	18,57%	61,29%	100,00%	79,86%
1999	3,20%	4,22%	12,27%	18,84%	61,46%	100,00%	80,31%
2000	3,34%	4,49%	11,52%	18,73%	61,92%	100,00%	80,65%
2001	3,55%	5,01%	11,91%	19,19%	60,33%	100,00%	79,52%
2002	4,74%	5,25%	11,98%	18,73%	59,30%	100,00%	78,03%
2003	4,74%	5,20%	11,57%	18,87%	59,62%	100,00%	78,49%
2004	4,98%	5,34%	11,24%	18,88%	59,55%	100,00%	78,43%
2005	4,89%	5,40%	11,79%	17,84%	60,08%	100,00%	77,92%
2006	4,76%	5,72%	11,71%	17,26%	60,54%	100,00%	77,80%
2007	4,97%	5,47%	11,63%	17,72%	60,22%	100,00%	77,94%
2008	5,04%	5,78%	11,64%	17,19%	60,35%	100,00%	77,54%
2009	5,67%	5,34%	12,25%	18,57%	58,17%	100,00%	76,74%

Fonte: IPEADATA, 2013

Por fim, uma olhada sob a série histórica da distribuição do valor adicionado da indústria pelas regiões do país confirma, uma vez mais, as gritantes diferenças existentes entre as regiões. Os dados da tabela 3 também demonstram que passados 50 anos desde a criação da SUDENE – no decorrer dos quais se criaram inclusive outros instrumentos de “promoção do desenvolvimento regional”, vide PNDR – o Centro-Sul continua concentrando a maioria esmagadora da produção industrial brasileira. Em 2009

concentrava 76,74% do valor adicionado industrial. Poucos são os anos (2002 a 2004 e 2009) em que o Sudeste concentra menos de 60%.

Podemos observar uma diminuição exígua da distribuição do valor adicionada pelas regiões do país. A variação de 22,6% que a região Sudeste vê em seu valor adicionado entre o máximo de 80,83% (em 1968) e o mínimo de 58,17% (em 2009), é distribuída desigualmente: 5% para o Centro-Oeste, 3,9% para o Norte, 5,9% para o Nordeste e 7,8% para o Sul, isto é, as regiões que já eram as mais industrializadas foram as que mais se beneficiaram deste processo.

Outros indicadores demonstram a heterogeneidade do espaço nacional. Segundo a PNAD, em 2001, 25,99% das pessoas de 5 anos ou mais de idade não eram alfabetizadas no Nordeste, ante 9,04% na região Sul (para tomarmos somente as regiões mais contrastantes). No ano de 2012 estas cifras diminuem, no Nordeste cai para 17,95%, no Sul 5,66%. Chama atenção que a pequena diminuição da região Norte, de 14,72% em 2001 para 12,6% em 2012.

Tabela 4 - Alfabetização no Brasil, por região, 2001 e 2012

Pessoas de 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas		
Região	2001	2012
Brasil	14,6	9,92
Norte	14,72	12,6
Nordeste	25,99	17,95
Sudeste	9,53	5,99
Sul	9,04	5,66
Centro-Oeste	12,2	7,83

Fonte: PNAD.

Outro indicador sobre educação, o grau de escolaridade, também registra este traço da sociedade brasileira. Enquanto no Nordeste só 4,94% da população tem ensino superior completo, no Sudeste 10,47% o tem. Vale notar ainda que o maior crescimento se dá do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, regiões que já tinham o maior desenvolvimento relativo.

Tabela 5 - Nível de instrução, por região, 2010

Região	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	50,24	17,4	23,45	8,31	0,6
Norte	56,49	16,79	21,07	5,05	0,61
Nordeste	59,06	15,3	20,2	4,94	0,49
Sudeste	44,79	18,33	25,72	10,47	0,7
Sul	47,78	18,77	23,68	9,29	0,48
Centro-Oeste	47,63	17,67	24,28	9,73	0,69

Fonte: IBGE.

Quando observadas as condições de moradia da população, também a desigualdade regional se faz presente. Enquanto no Sudeste 87% das moradias eram consideradas adequadas²⁶, no Nordeste eram 51,28%, no Norte 28,33% e no Centro-Oeste 52,16%. Nestas regiões periféricas as moradias semi-adequadas se fazem muito mais comuns, 68,81% no Norte contra 11,94% no Sudeste.

Tabela 6 - Adequação de moradia, por região, 2010

Região	Adequada	Semi-adequada	Inadequada
Brasil	70,97	28,29	0,74
Norte	28,33	68,81	2,86
Nordeste	51,28	47,07	1,65
Sudeste	87,79	11,94	0,26
Sul	74,66	25,18	0,17
Centro-Oeste	52,16	47,29	0,54

Fonte: IBGE.

Mesmo o entorno das moradias é desigual pelo país. Os piores índices sobre a presença de esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos entornos das moradias se encontram no Norte e Nordeste. No Norte mais de 31% dos domicílios eram localizados

²⁶ Segundo o IBGE moradia adequada é aquela com rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo. Já a moradia semi-adequada é a que tenha pelo menos um serviço inadequado.

em áreas com esgoto a céu aberto; no Nordeste 26,07%. A existência de lixo acumulado nos arredores das moradias é uma realidade para 26% dos domicílios no Nordeste e 7,68% no Norte. Para os moradores do Sul do país o esgoto a céu aberto está presente em 5,7% das residências e o lixo acumulado em somente 3,89%. No Centro-Oeste estas cifras são 2,93% e 3,7%, respectivamente.

Tabela 7 - Características do entorno, por região, 2010

Região	Esgoto a céu aberto	Lixo acumulado nos logradouros
Brasil	10,93	4,95
Norte	31,76	7,68
Nordeste	26,07	26,07
Sudeste	4,13	4,45
Sul	5,7	3,89
Centro-Oeste	2,93	3,7

Fonte: IBGE.

Todos estes indicadores demonstram como o padrão de reprodução da classe trabalhadora é heterogêneo pelo país, modificando-se no espaço. Não sobra, por conseguinte, qualquer motivo para crermos numa homogeneização do espaço nacional sob o capitalismo. Parece-nos válida a contribuição de Milton Santos sobre a existência de regiões no capitalismo atual:

Da mesma forma, como se diz, hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo o planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe. Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. **As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam.** Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome (2006, p. 165, grifo nosso).

A omissão da superexploração da força de trabalho é o quarto equívoco em que incorre Oliveira. O “débil mercado urbano” que identifica Oliveira ao tratar do crescimento da indústria têxtil no Nordeste não tem outra explicação senão a superexploração da força de trabalho. Característica que afetava até mesmo a população

que se reproduzia sob a “produção simples de mercadorias” (OLIVEIRA, 2003), conforme demonstram dados da PNAD organizados por Goodman e Albuquerque (1974, p. 61), onde em 1969 e 1970 (1º trimestre) 35% dos autônomos recebiam menos da metade de um salário mínimo, chegando a quase 60% na indústria de transformação. Os autores (GOODMAN; ALBUQUERQUE, 1974, p. 43) percebem ainda que em 1960 85,2% da população trabalhadora no Nordeste, exclusive Sergipe e Bahia, recebiam menos de 4.500 cruzeiros, quando o salário mínimo era de Cr\$ 5.900. Se somarmos a parte que ganhava entre 4.500 e 6.000 cruzeiros teremos 91,88% dos trabalhadores ganhando menos de um salário mínimo.

Oliveira (1987, 2003) vê como limitação à acumulação, por exemplo, o fato de que a burguesia do açúcar no Nordeste não invista em capital fixo para elevar a produtividade do trabalho. **Sua tese é que a força de trabalho empregada por esta burguesia não era totalmente mercadoria**, não estava totalmente despossuída de meios de produção e por isso era semiproletariado/semicamponês. Por que Oliveira espera que a burguesia queira diminuir o valor da mercadoria, investindo em capital fixo, se o rebaixamento do valor das mercadorias não irá diminuir o valor da força de trabalho e, assim, elevar a taxa de exploração? Parece haver esquecido os ensinamentos de Marx ou da Teoria Marxista da Dependência²⁷, a partir dos quais demonstra-se que a única forma de elevar o mais-valor na produção de mercadorias que não compõe o valor da força de trabalho é elevando a exploração intensiva ou extensivamente, quer dizer, o mais-valor absoluto sem elevar devidamente sua remuneração, de forma a pagar a força de trabalho abaixo do seu valor, excluindo-a cada vez mais do consumo.

Compreendendo desta maneira o “débil mercado urbano formado pelas classes não proprietárias”, entendemos que ele não só não é fruto de relações “não-capitalistas” de produção, como que tampouco perderá sua característica de “débil mercado” quando “a força de trabalho se aprofunde enquanto mercadoria”, se “converta no equivalente geral”. Ainda persistirá a tendência ao rebaixamento do consumo de outras mercadorias pelos trabalhadores, mesmo que trabalho se dê sob a forma assalariada.

Não é outro o motivo que leva o autor a identificar o salário mínimo como motor da acumulação no Centro-Sul, onde a força de trabalho já estava totalmente despossuída

²⁷ A nota 16 no capítulo 1 de Oliveira (1977) indica que o autor conhecera a TMD. Este capítulo fizera parte de um livro organizado por Boris Fausto em 1975, antes da publicação de “*Elegia...*”.

de meios de produção, e vê-lo como freio no Nordeste que, vale dizer mais uma vez, não havia mercantilizado completamente a força de trabalho. O problema de Oliveira é enxergar a elevação do salário mínimo como entrave à acumulação só no Nordeste e ver nas “formas não-capitalistas de reprodução da força de trabalho” sua causa. Como se pudesse haver desenvolvimento regional distinto no capitalismo dependente! Seja sob o “cambão” ou sob o assalariamento²⁸.

Se o problema do Nordeste é que, lá, os trabalhadores não consomem mercadorias produzidas pela indústria regional e, portanto os aumentos de produtividade não “percolam por toda estrutura da produção”, então os problemas do Nordeste deixaram de ser uma especificidade há muito tempo! Se é verdade que “la producción latinoamericana no depende para su realización de la capacidad interna de consumo” (MARINI, 2008, p. 132), logo a “especificidade” do Nordeste já estava dissolvida no espaço nacional – e inclusive continental – muito antes da criação da SUDENE e da “destruição das economias regionais”.

Oliveira chega a notar com certa surpresa, como se fosse uma especificidade do Nordeste, que “a redivisão [regional do trabalho] não obedece, pois, à demanda da região receptora”. Perguntamos a Oliveira: que industrialização, no Centro-Sul ou no Nordeste, respeitou a demanda da região? Que acumulação capitalista baseada no aumento do salário mínimo poderia ocorrer no Centro-Sul com a diminuição sistemática (LUCÉ, 2013) de seu poder de compra?

Numa economia dependente a realização interna do valor é um problema de primeira ordem. Não por acaso todos os padrões de reprodução do capital que experimentamos são padrões exportadores (OSORIO, 2012). Quando este valor que aqui é produzido se realiza internamente necessita de mais concentração de renda para garantir a continuação ampliada da acumulação²⁹ (MARINI, 2008a). Deste modo não é

²⁸ Vale notar aqui que a noção de que o cambão ou folha seriam relações não-capitalistas está associada à idéia de que os coronéis estariam burlando a lei do valor ao lançarem mão de “formas não-capitalistas de apropriação de trabalho não pago”. Acreditamos, contudo, que seja justamente através do cambão, da folha e outras formas que os coronéis levem a cabo a lei do valor e superexplorem a força de trabalho consumida por seus capitais. A redução do consumo dos trabalhadores nas economias latino-americanas não é fruto da violação lei do valor, mas de sua rigorosa aplicação.

²⁹ Fato que Oliveira havia percebido, corretamente, em 1972 em sua *Crítica a Razão Dualista*. Os motivos de sua “mudança de opinião” serão tratados adiante.

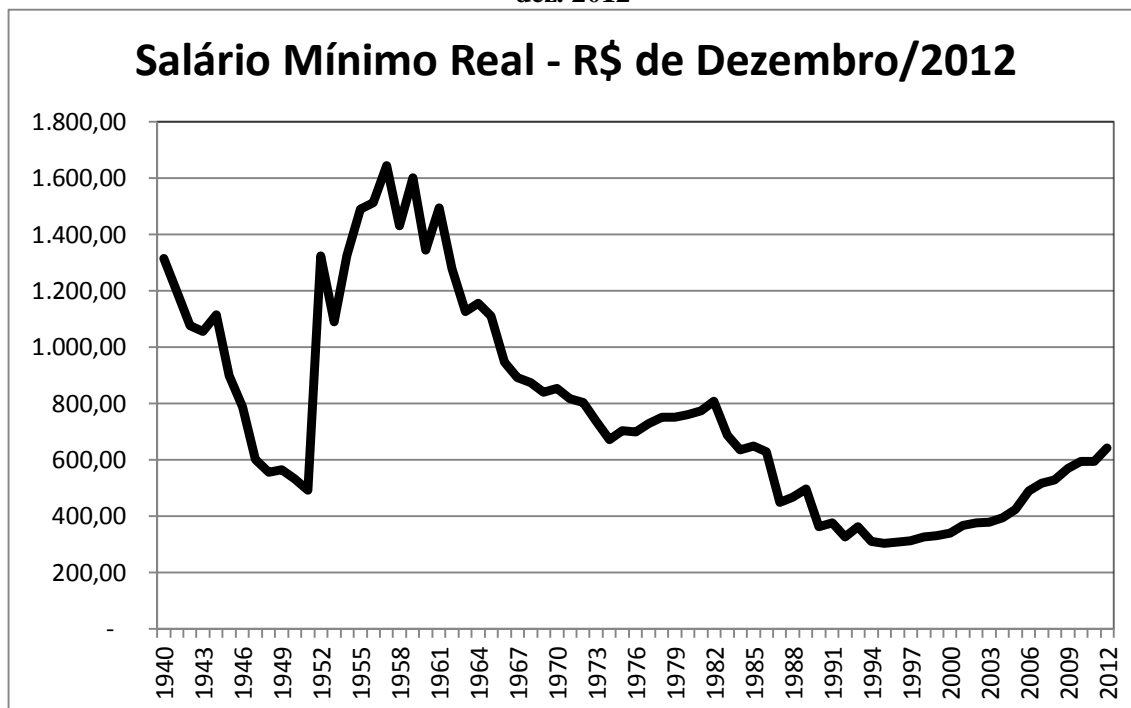
de se estranhar que o salário mínimo seja um limitante da acumulação, não só no Nordeste, mas também em São Paulo, na então Guanabara e demais estados. O Brasil já era um grande Nordeste antes do que imaginava Oliveira.

Francisco de Oliveira tem uma preocupação, que nos parece correta, de perguntar-se como se realiza o valor produzido sob este ou aquele capital. É sob a luz dos interesses para a realização do capital que o autor fará uma série de assertivas, como enxergar na realização externa o determinante para a hegemonia das “oligarquias algodoeira-pecuárias” no Nordeste pré-Revolução de 1930. O autor interpretará também a Revolução de 1930 a partir da confluência das forças sociais que realizavam internamente seu valor e viam, portanto, sua reprodução “embotada” pela política de reprodução externa do café. No entanto, o autor parece satisfeito com a determinação interna/externa e esquece de se perguntar: que classe faz realizar-se *internamente* o valor? Seriam os trabalhadores que sustentavam o forte crescimento da indústria automobilística no Brasil³⁰ no período que precedeu a escrita dos livros por Francisco de Oliveira?

A título de ilustração, em 1964 a indústria automobilística brasileira produziu 183.707 veículos, enquanto em 1977, ano de publicação dos principais livros, esta mesma indústria produzira 921.193 veículos (ANFAVEA, 2013, p. 59). Um aumento que não pode, sob nenhuma perspectiva, ser ignorado. No mesmo período, porém, o índice calculado por Mathias Luce (2013) cai de 94,35 para 60,1, o que torna improvável que a classe trabalhadora, de qual estado seja, tenha sustentado o vertiginoso crescimento industrial do período. Não sobra nenhuma dúvida quando observamos o movimento salarial dos trabalhadores de São Paulo neste período. No referido período o salário dos trabalhadores paulistanos perde 37% de seu poder compra!

³⁰ Cremos ser suficiente expor dados somente da indústria automobilística para demonstrar nosso ponto de vista, já que esta indústria, além do papel simbólico que cumpre, era responsável em 2012 por 1,5 milhões de empregos diretos e indiretos e por 21% do PIB industrial (ANFAVEA, 2013).

Figura 2 - Média anual do Salário Mínimo no município de São Paulo em R\$ de dez. 2012



Fonte: Arland Costa (2013), com dados do DIEESE.

Oliveira (1987) identifica uma “crescente realização interna” do valor, justamente no momento em que a acumulação de capital no Brasil havia tomado sua forma subimperialista (MARINI, 2012). Quando, impossibilitada de continuar realizando o valor internamente pela brutal compressão do nível salarial dos trabalhadores, a burguesia brasileira escolhe como solução uma fuga para fora. As exportações de automóveis se elevam de 57 (cinquenta e sete), em 1964, para 70.026 (setenta mil e vinte e seis), em 1977 – ou de 0,03% da produção para 7,6%. Em 2012 (último ano da série) foram 473.187 veículos exportados (13,9% da produção total), número que foi gravemente afetado pelas condições herdadas da crise de 2008. Este coeficiente alcançara seu máximo em 2005 quando 35,5% da produção de veículos era destinada à exportação³¹, ou 897.144 unidades (ANFAVEA, 2013).

Não resolveremos o problema fazendo o contrário de Oliveira; este colocou como uma especificidade do Nordeste uma característica que era de todo país. Apagar as especificidades que existem no Nordeste seria igualmente errado. A diferença entre o

³¹ O documento citado oferece os valores absolutos para cada ano. Os valores relativos foram por nós calculados.

Centro-Sul e o Nordeste, em nosso entender é aquela apontada anteriormente: a transferência de valor do Nordeste para o Centro-Sul obriga o primeiro a elevar mais a taxa de exploração e excluir ainda mais seus trabalhadores do consumo, ao passo em que no Centro-Sul ocorre o contrário, onde a exclusão do consumo se faz menos necessária, permitindo que os trabalhadores tenham mais ganhos em suas lutas.

Ao omitir a superexploração da força de trabalho, Oliveira constrói uma interpretação de que existem duas regiões *fechadas*, uma onde a força de trabalho é uma mercadoria completamente, e outra onde só é parcialmente. Qualquer semelhança com as teses dualistas não nos parece mera coincidência. O autor reconstrói a tese dualista, porém agora matizada e com uma roupagem marxista, um **dualismo ma(rx)tizado**.

Eles [Cardoso e Florestan Fernandes] ainda estavam muito presos a categorias dualistas. Muito matizadas evidentemente. [...]

[...] O pessoal da USP não se achava dualista. Existia, dentro do pensamento deles a divisão entre atrasado e progresso, de forma mais matizada, de forma mais elaborada, mas existia. (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 605)

Ainda que não seja adequado afirmar que a interpretação de Oliveira é dualista, haja vista que o autor faz um esforço de construí-la com base em classes sociais e relações de produção, não nos parece falso que o autor traga consigo elementos do dualismo – ma(rx)tizado. Isto se torna mais claro do ponto de vista político.

Quando Frank (1978, p. 220) está discutindo – na verdade refutando – as teses sobre a existência do feudalismo da agricultura brasileira e dualista diz: “La conclusión pragmática que lógicamente se deriva de este análisis es la abolición del feudalismo y la adopción del mismo curso de desarrollo de los países desarrollados. La dosis exacta de la medicina antifeudal varía de un médico a otro.” Ainda que Oliveira não observasse feudalismo na agricultura brasileira, poderíamos trocar o termo “feudalismo” por “relações não-capitalistas” e o que diz Frank se encaixa como uma luva no pensamento de Oliveira.

Oliveira (1987) remonta a tese dualista ao identificar nas relações “não-capitalistas” de produção as causas do “atraso” nordestino e ver a dissolução deste atraso na expansão do capitalismo monopolista do Centro-Sul, que leva para o Nordeste as relações capitalistas de produção. Em suas palavras, a expansão das relações capitalistas destruiria a “circularidade” que é própria àqueles capitais, e, logo, a região que dela deriva.

Observamos que Oliveira não tinha se afastado tanto do pensamento da CEPAL como declarara na entrevista a Ridenti e Mendes (2012). A causa: não podia desvencilhar-se do pensamento cepalino no CEBRAP, novo *locus* dos ideólogos da burguesia brasileira.

Pero hoy, los nuevos ideólogos de la burguesía brasileña están obligados a retomar esa tradición [cepalina] y **a intentar dar credibilidad a un desarrollo capitalista brasileño al estilo norteamericano o europeo**. En suma, nos encontramos ante un neodesarrollismo todavía vergonzante, pero que no tardará en ir perdiendo sus inhibiciones. (MARINI, 2008c, p. 228, grifos nossos)

O pensamento de Francisco de Oliveira, no entanto, buscava responder a uma base material diferente do pensamento dualista. Após 1964, na cabeça de Oliveira e outros cebrapianos, o Centro-Sul já tinha transitado para o capitalismo monopolista e levado a todos os cantos do território nacional a “pura produção de mais-valia”, homogeneizando a “circularidade do capital” por todo Brasil (OLIVEIRA, 1987, 1977). A “revolução burguesa” já havia acontecido.

O último ponto a ser destacado na interpretação desta obra de Oliveira é a revolução burguesa espacializada, ou a “integração nacional”. Em *Elegia para uma re(li)gião* o último fato que define a integração do Nordeste à economia nacional é o golpe de 1964. Ao identificar a conclusão da integração nacional com a conclusão da “revolução burguesa”, ainda que não o faça explicitamente, o autor dá a essa uma forma espacializada.

Logo, concluímos que se a burguesia é uma classe nacional, nada mais lógico do que realizar a integração nacional para impor seu domínio sobre toda a nação. Nossa afirmação se baseia na própria compreensão de Oliveira sobre a interpretação de Cardoso. “A tese do Fernando [Henrique Cardoso] é que a ditadura era a revolução burguesa no Brasil. **Tinha certa razão, do ponto de vista que ela quebrou certas resistências oligárquicas** para limpar o terreno.” (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 604, grifos nossos). E segundo as próprias palavras de Cardoso:

se está verificando un proceso de absorción parcial de grupos sociales en el desenvolvimiento capitalista, además de que existen tentativas de "apertura social". [...]

En éstos [Brasil e México], el proceso de "apertura social" es más simbólico [...] que real, aunque pueda tener lugar en grupos estratégicos limitados. [...]

Es a este proceso y al desplazamiento hacia el bloque en el poder de los intereses que detentaban los antiguos grupos nacional-burgueses-

populistas, que fueron sustituidos por la burguesía internacionalizada y la tecnocracia civil-militar, el que designo como "revolución burguesa de los países dependientes" (CARDOSO, 1977, p. 73-74)

Oliveira chega inclusive a comparar a SUDENE com a Revolução de 1930:

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em casa uma ou, pelo menos, nas duas principais “regiões” do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, começam a aparecer como conflito entre as duas “regiões”, uma em crescimento, outra em estagnação. É nesse contexto, e tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos “desequilíbrios regionais”, que nasce o planejamento regional para o Nordeste. **A SUDENE, na sua forma institucional, é uma espécie de Revolução de 30 defasada de pelo menos duas décadas.** (1987, p. 37, grifos nossos).

Primeiramente, não há razão para ver no golpe de 1964 uma revolução burguesa, tese a qual Marini se referiu como “beirando a apologética”. Segundo o autor, “é preciso lembrá-los que a revolução burguesa não se realiza às custas da própria burguesia, tal como ocorreu no Brasil em 1964 e logo 1968, mas sim contra as forças que travam o desenvolvimento do capitalismo” (MARINI, 2012, p. 28).

Se houve uma “revolução burguesa” no Brasil, este processo se deu entre fins do século XIX e início do século XX, culminando com a tomada do Estado em 1930. As aspas se justificam pelo “caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para a economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa” (MARINI, 2012, p. 55).

As palavras de Vânia Bambirra são ainda mais precisas:

[O desenvolvimento da indústria no início do século XX] certamente expressou um momento histórico latino-americano, no qual a burguesia industrial, impulsionada pelo vigor que lhe outorga o fato de controlar a forma mais avançada de organização social da produção, reivindicou o controle hegemônico do poder, oferecendo um projeto próprio de desenvolvimento econômico-social. Neste sentido, e somente neste sentido, é possível caracterizar todo esse processo como uma “revolução burguesa”, nas condições típicas do desenvolvimento do capitalismo dependente (2012, p. 81).

Ademais, outra especificidade de nossa “revolução burguesa” é que não se fez contra os setores agrário-exportadores, pois estes eram essenciais à reprodução do capital industrial, na medida em que possibilitavam a importação de máquinas e equipamentos industriais (MARINI, 2012; BAMBIRRA, 2012). Mas se não se fez contra eles, nem contra a própria burguesia, contra quem se fez?

A revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário (MARINI, 2012, p. 28-29).

Por isso podemos afirmar que o golpe de 1964 não foi uma revolução burguesa, porque a burguesia não tem necessidade de tomar o poder que já é seu.

O segundo ponto é que, como demonstrado previamente, a economia nacional já era integrada. Como Oliveira (1977, 1987) mesmo sugere, o comércio entre as regiões vinha se intensificando, fato que também pode ser observado em GTDN (1967) e em Goodman e Albuquerque (1974). Sem embargo, há uma alteração qualitativa na reprodução do capital no Brasil naquele período: a fase dos monopólios e do capital financeiro, ou o subimperialismo (MARINI, 2012, 2008a). Este processo altera a forma de interação entre as regiões, que deixa de ser predominantemente comercial para ser “integração produtiva” (GUIMARÃES NETO, 1997).

O mecanismo 34/18 é um poderoso instrumento não só de monopolização da economia, como bem indica Oliveira (1987), mas também do desenvolvimento do capital financeiro no Nordeste. Dentro dos marcos do subimperialismo, ao avanço da indústria no Nordeste se coloca o objetivo de garantir o abastecimento de matérias primas (dada inclusive sua localização geográfica) e bens intermediários para a indústria do Centro-Sul. Em 1977, 60% dos investimentos da região eram destinados a este setor (GUIMARÃES NETO, 1987, p. 226). Este suporte era necessário para a imensa acumulação de capital que se daria sob a ditadura civil-militar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos estudar a questão regional na obra de Francisco de Oliveira, destacando seu período de participação no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), para verificar a possibilidade de convergência entre o pensamento do autor e da Teoria Marxista da Dependência.

As proposições da TMD indicam que há na estrutura social latino-americana um crescente divórcio entre a necessidade de consumo das massas e a estrutura produtiva. O desenvolvimento da indústria em solo brasileiro, longe de corrigir este descompasso, o cria num novo patamar, mais radical. Aquela contradição se desenvolve, agora, no seio da economia criando distâncias cada vez maiores entre uma esfera baixa de consumo e uma alta. Esta contradição ocorre pelo caráter exportador da economia dependente que torna possível e necessária a superexploração da força de trabalho sempre crescente. Do ponto de vista regional, esta dinâmica social aponta para uma forte concentração de riqueza em poucos estados da federação, levando a polarização interna e a consolidação de São Paulo como metrópole nacional, que estabelece com o restante do território nacional uma relação de colonialismo interno.

Em Francisco de Oliveira, porém, encontramos proposições diferentes. Para este autor duas regiões são centrais à análise: o Nordeste e o Centro-Sul. A primeira região foi marcada pela presença hegemônica de relações “não-capitalistas” de produção, que terminam por limitar a acumulação capitalista, garantindo a reprodução do capital, porém impedindo-o de expandir e desenvolver as forças produtivas. Coexistindo com esta região está o Centro-Sul, marcado pela existência do assalariamento como relação de produção dominante. A existência do assalariamento permitiu a esta região lograr que os aumentos da produtividade do trabalho rebaixem o valor da força de trabalho e elevar, de forma relativa, o mais-valor produzido. Por estes motivos a acumulação de capital avança enormemente no Centro-Sul, até que as barreiras impostas pelo Nordeste às suas mercadorias tornem-se um limite. O avanço da região mais avançada sobre o atrasado Nordeste termina por destruir a circularidade própria que o caracterizava enquanto região diferenciada. O espaço econômico nacional homogeneíza-se.

Como se pode observar, as teses de Francisco de Oliveira e dos autores da TMD são incompatíveis no que tange ao desenvolvimento regional. Ao passo que aquele identifica uma crescente realização interna do valor, estes identificam o padrão

exportador. Aquele vê nas formas não-assalariadas de trabalho a causa de se usar “formas não-capitalistas” de elevar o sobretrabalho, enquanto estes crêem ser a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho – ou seja, mecanismos capitalistas – os determinantes para que a acumulação dependa mais da massa do que da taxa de mais-valor.

Não obstante a estas diferenças entre a TMD e Francisco de Oliveira, em “*Elegia...*”, a interpretação do capitalismo brasileiro por Oliveira era mais próxima àquela corrente de pensamento em *Crítica a razão dualista*, publicado cinco anos antes. Este fato, longe de invalidar nosso ponto de vista, leva-nos a uma segunda constatação: a influência do pensamento gestado no CEBRAP sobre as formulações de Oliveira.

O problema deles [membros do CEBRAP] com o *Crítica à razão dualista*, em geral, era São Paulo: qual era o lugar de São Paulo, naquela estrutura teórica, em primeiro lugar, e no desenvolvimento dialético dessa troca entre atrasado e moderno. Havia uma dificuldade que eles atribuíam a mim, de não entender o lugar de São Paulo nesse capitalismo. (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 605)

Constata-se, assim, que seus colegas do CEBRAP o ensinaram (sic) o lugar de São Paulo, e por exclusão o do Nordeste, na economia nacional. Oliveira, influenciado pelo pensamento desenvolvimentista que florescia ali, passou a ver o Brasil dividido: um populista, outro anti-populista; um capitalista, outro não-capitalista, que teriam seus destinos unidos pela expansão do capitalismo monopolista, agora todos capitalistas e baseados no aumento da produtividade do trabalho.

Acreditamos que os autores do CEBRAP lograram encerrar no espaço econômico do Nordeste todas as críticas de Oliveira ao capitalismo brasileiro em “*Crítica...*”. Assim, a tendência à concentração de renda passa a ser uma característica somente do Nordeste. Já o capitalismo paulista necessitaria de constantes aumentos do salário mínimo (sic) – interessante observar o papel dado pelo autor ao salário mínimo em “*Elegia...*” para o Centro-Sul e para o Nordeste e a diferença entre seu papel no Centro-Sul em “*Elegia...*” e em “*Crítica...*”. Apagam-se as características do capitalismo dependente no centro da acumulação, para depois apagá-las de todo o Brasil, mediante o processo de homogeneização do espaço nacional.

Oliveira passa a integrar o grupo de autores que tem como objetivo histórico anular as diferenças entre o desenvolvimento do capitalismo dependente e do

capitalismo avançado – função que Marini (2008c) havia identificado em Serra e Cardoso. Parece-nos pouco importante discutir aqui se houve ou não intenção do autor. cremos, portanto, que o presente trabalho cumpriu os objetivos geral e específicos propostos inicialmente.

Ao fim do trabalho, novas questões se levantam. Pesquisas futuras poderão ocupar-se destas questões, mas gostaríamos de apontá-las e, quando possível, oferecer caminhos para suas resoluções. Em que medida é possível utilizar o conceito de região, tal qual proposto por Oliveira, sem incorrer nos mesmos erros do autor? Em nosso entendimento, o conceito de região esboçado por Francisco de Oliveira poderia ser utilizado, se estabelecidas duas ressalvas.

A primeira delas refere-se à crítica que fizemos a respeito do artifício do fechamento. A compreensão totalizante da sociedade impossibilita pensar que as regiões sejam fechadas. Se não é mais o fechamento da região que a define, o que a define? Aqui entra a segunda ressalva. Em Oliveira (1987), a região se define como o espaço em que uma classe consegue exercer sua hegemonia, porém daqui salta a necessidade do fechamento. Acreditamos que os conceitos de hegemonia comprometida (BAMBIRRA, 2012) e cooperação antagônica (MARINI, 2012) dão conta deste problema, ao compreender a hegemonia de um grupo relacionada a uma hegemonia maior exercida também sobre o primeiro, sem recorrer ao fechamento como explicação.

No que tange a Teoria Marxista da Dependência, outras questões ainda não abordadas pela literatura se levantam, tais quais as similaridades e diferenças acerca da dependência entre diferentes países e o colonialismo interno (FRANK, 1978) entre regiões de um mesmo país.

A mobilidade dos trabalhadores pelo território nacional é certamente mais fácil e menos impedida do que entre distintos países. Os trabalhadores podem se deslocar, e realmente o fazem, entre a região “mais subdesenvolvida” e a “menos subdesenvolvida”, fato que tem relevância muito menor quando posta em análise um país desenvolvido e um subdesenvolvido.

A transferência de valor entre uma unidade da federação e outra, por exemplo, nem recebe controle de movimentação, nem precisa transmutar-se em moeda universal (divisas). No plano internacional a realidade é outra, existem taxas sobre operações internacionais, e o valor deve ser convertido em divisa – o que, por sua vez, pressupõe a existência dessa divisa, ou seja, que o valor haja sido realizado no mercado mundial. O

que se pretende assinalar é que a transferência de valor entre diferentes regiões de um mesmo país, ainda que ocorram em menor monta, representam menos condições para que possam se satisfazer e são, por isso, mais fáceis. Em outras palavras, o ajuste espacial (HARVEY, 2005) pode se dar mais facilmente no nível nacional do que internacional, tanto mediante o deslocamento da força de trabalho quanto na movimentação do capital entre cidades e estados.

Se com nosso estudo conseguimos auxiliar a compreensão do leitor acerca dos equívocos da interpretação de Francisco de Oliveira, e lançar luz sobre o colonialismo interno, então teremos alcançado nosso objetivo de auxiliar na reinterpretação do desenvolvimento regional no Brasil e contribuir com a construção do aspecto espacial de um projeto nacional autônomo e socialista.

BIBLIOGRAFIA

ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira**. São Paulo: CEDOC, 2013.

BACEN (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 04/11/2013.

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial**: Ensayo de historia comparada de América Latina. México: Grijalbo, 1992 [1949].

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la Dependencia**: Una anticrítica. México: Era, 1977.

_____. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012 [1972].

CARDOSO, Fernando Henrique. Las clases sociales y la crisis de latinoamérica. In: SOLARI, Aldo. **Poder y desarrollo america latina**. México: Fundo de Cultura Económica, 1977.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1975].

CORRÊA, Hugo F. S.; CARDEAL, André M. D. O “ornitorrinco” e a dependência no Brasil de hoje: atualidade e convergência entre o pensamento de Francisco de Oliveira e a teoria marxista da dependência. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 22, p. 60-85, junho 2008.

COSTA, Arland Tássio. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)** [trabalho de conclusão de curso]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Economia, 2013.

DUAYER, Mario. **Entrevista: Mario Duayer, professor (UFF) e tradutor**. São Paulo: 2011. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,os-grundrisse-foram-um-laboratorio-de-pesquisa-de-marx,736837,0.htm>> Acesso em: 23/10/2013.

EUA (Estados Unidos da América). Census Bureau. **U.S. and World Population Clock**. 2013. Disponível em <<http://www.census.gov/popclock/>>. Acessado em 15 de dezembro de 2013.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. 5ª Ed. México, Siglo XXI, 1978 [1965].

_____. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1969 [1965]. p. 25-39.

GALVÃO, Luís Alfredo A Crítica Acrítica da Razão Dualista. **Debate e Crítica: Revista quadrimestral de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 3, p.135-152, jul-out. 1974.

GOODMAN, David Edwin; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1974. Brasil. (IPEA/INPES. Relatório de pesquisa, n.20).

GTDN (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE). **Uma política para o desenvolvimento do Nordeste**. 2ª Ed. Recife: SUDENE, 1967. (Este trabalho é de autoria confessa de Celso Furtado).

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. in: **Estudos Avançados**, 11 (29), p. 47-54, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 [2001].

HIRT, C. **A territorialidade do capitalismo brasileiro**: um olhar a partir do BNDES. In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. XV ENanpur: desenvolvimento, planejamento e governança., 2013.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **SIDRA**: Banco de dados agregados. 2013.

CPDOC (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL). **Francisco Julião (depoimento)**. s/l: FGV, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEHER, Roberto. Educação no governo Lula da Silva: uma ruptura que não aconteceu. In: PASSARINHO, Paulo (Org.). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.11 n.1,p.169-190, jan./abr.2013.

MARIATEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Lima: Biblioteca Amauta, 1928. Acessado em 20/07/2013. Disponível em <http://www.patriaroja.org.pe/docs_adic/obras_mariategui/7%20ensayos/index.htm>

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo Del Hombre Editores, 2008a [1973]. p. 107-149.

MARINI, Ruy Mauro. En torno a Dialéctica de la Dependencia (postscriptum). In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo Del Hombre Editores, 2008b [1973]. p. 107-149.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta F.H. Cardoso y J. Serra). In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo Del Hombre Editores, 2008c [1979]. p. 165-233.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012 [1969].

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, México, D.F., n. 20, p.18-39, abril-jun. 1979. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/009_plusvalia_es.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Memória**. 1991. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm. Acesso em 03/11/2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001 [1848].

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1894].

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo (SP): Moraes, 198-.

MI (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL). **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Proposta para discussão**. Brasília. 2003.

MI (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL). **Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR: Sumário Executivo**. Brasília. 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OICA (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS CONSTRUTORES DE AUTOMÓVEIS). **World motor vehicle production by manufacturer. World ranking**. 2013a. Disponível em: <http://www.oica.net/wp-content/uploads/2007/06/c198cons2.pdf>. Acesso em 21/10/2013.

_____. **World motor vehicle production by country and type**. 2013b. Disponível em: <http://www.oica.net/wp-content/uploads/2013/03/total-production-2012.pdf>. Acesso em 21/10/2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Cadernos CEBRAP nº 2, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião : SUDENE, Nordeste : planejamento e conflitos de classes**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1977].

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 [1987].

ONU – HABITAT. **Estado de las ciudades de américa latina y el caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana**. 2012.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma postura teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OURIQUES, Nildo Domingos. **La teoria marxista de la dependencia : una historia critica**. 1995. 264f Tese (Doutorado) - Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Facultad de Economia.

OURIQUES, Nildo Domingos. A sedução revolucionária e o Plano Real. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo (SP): Xamã, 1997.

PERRUSO, Marco Antônio. UMA TRAJETÓRIA DISSONANTE: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 179-192, janeiro-abril, 2013.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação&política**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p.68-94, maio-agosto, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1945].

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colonia**. 23^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1942].

RIDENTI, Marcelo Siqueira; MENDES, Flávio da Silva. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, 66, p. 601-622, setembro-dezembro, 2012.

RUF (Ranking Universitário da Folha). 2013. Disponível em <<http://ruf.folha.uol.com.br/2013/>>. Acesso em 07/10/2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., São Paulo: Editora da USP, 2006 [1996].

SILVA, Etienne Luiz. **Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina**. 1978. 155f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 5^a Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

VALOR, Econômico. **Endividamento do brasileiro atinge recorde em agosto**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3317400/endividamento-do-brasileiro-atinge-recorde-em-agosto>. Acesso em 14/10/2013.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975[1944].